



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas –IH
Departamento de História –HIS

A REAÇÃO DA DITADURA BRASILEIRA À CRIAÇÃO DA FRENTE AMPLA NO
URUGUAI (1967-1972)

Luís Alves Porto

Brasília – DF

2022

LUÍS ALVES PORTO

A REAÇÃO DO BRASIL À CRIAÇÃO DA FRENTE AMPLA NO URUGUAI (1967-1972)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (Orientador)
Universidade de Brasília

Profª. Dra. Ananda Simões Fernandes
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André Lopes Ferreira
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes (Suplente)
Universidade de Brasília

Brasília
Setembro de 2022

AGRADECIMENTOS

À UnB, que ocupou uma parte fundamental da minha vida desde 2016 e me proporcionou um crescimento em todas as áreas maior do que eu poderia imaginar.

A minhas e meus chefes dos estágios que tive a oportunidade de fazer durante a graduação: Maria Paula, Jucy, Helen, Nora, Ana Maria, Luciano e Claudio.

A minhas colegas de secretariado do AMUN e da MundoCM: Milena, Otto, Andressa, Beatrice, Juliana, Karina, Thaíssa, Salgado, Letícia, Roveré, Danilo e Thais – assim como a todas as amigas que fiz em Brasília e no Brasil por esses eventos. Ter gente querida pelos quatro cantos me faz muito feliz.

Aos meus professores da Escola de Música de Brasília e colegas de trabalho, que entenderam sempre que precisei faltar ou me distanciar para escrever este trabalho.

Aos amigos que o curso de História me deu. Muito obrigado por tudo!

Aos ótimos professores que tive na universidade, especialmente Ione, Daniel e meu orientador, Vidigal, que deu o pontapé inicial para meu interesse por este tema e, depois, teve muita paciência comigo no processo de escrita.

Ao professor Enrique Serra Padrós (*in memoriam*), que abriu caminho na pesquisa desse período e sempre foi muito gentil quando lhe procurei.

A Eduardo Reina, que escreveu boa matéria em igualmente boa hora sobre a Operação Trinta Horas e foi muito solícito ao me ajudar com a documentação para este trabalho.

A Enize, que é inspiração para mim. Você não sabe disso, mas eu gostei tanto do seu TCC que acabei usando ele de modelo para este. Te amo.

A minha mãe, meu pai, Júlia e Marinez, pela confiança e apoio incondicional. Amo muito vocês.

A minha avó Elena, que trabalhou no chão de fábrica enquanto cuidava de seus filhos. Formaram todos na faculdade, e me sinto realizado de ser parte da geração dos netos que também estamos formando.

Resumo: Em meio ao "golpe em câmera lenta" promovido pelo presidente uruguaio Jorge Pacheco Areco, a esquerda e a centro-esquerda formaram a Frente Ampla, com o objetivo de quebrar a tradição bipartidarista e vencer as eleições de 1971. Especialmente considerando seu advento em um contexto de atividade intensa da guerrilha urbana tupamara e de inquietação logo após a eleição de Salvador Allende, da Unidade Popular, no Chile, a Frente levantou preocupações nos governos do Brasil, EUA e Argentina. O governo brasileiro chegou a montar um plano para invadir e tomar Montevideú em caso de vitória da Frente, além de cooperar com o Pachecato na exportação de estrutura repressiva. Dessa forma, a presente monografia se dedica a analisar a reação da ditadura militar brasileira à formação da Frente Ampla no Uruguai para disputar as eleições de 1971, bem como compreender qual foi a motivação para tanto.

Palavras-chave: ditadura militar, relações Brasil-Uruguai, Guerra Fria, América Latina, Operação Trinta Horas, repressão, Frente Ampla.

Abstract: In the midst of the "slow-motion coup" led by Uruguayan President Jorge Pacheco Areco, the left and center-left created the Frente Amplio (Broad Front), aspiring to break the bipartisan tradition and win the 1971 elections. Especially considering its emergence in a context of intense activity of the Tupamaro urban guerrillas, as well as unrest following the election of Unidad Popular's Salvador Allende in Chile, the Frente raised concerns in the governments of Brazil, the US and Argentina. The Brazilian government went so far as to set up a plan to invade and take Montevideo in case of the Frente's victory, in addition to cooperating with Pachecato in exporting its repressive structure. Thus, the present study aims to analyze the reaction of the Brazilian military dictatorship to the creation of the Frente Amplio in Uruguay to compete in the 1971 elections, as well as to understand its motivation for doing so.

Keywords: military dictatorship, Brazil-Uruguay relations, Cold War, Latin America, Operation Thirty Hours, repression, Frente Amplio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aliança Libertadora Nacional (ALN)

Centro de Informações do Exterior (CIEx)

Confederación Sindical del Uruguay (CSU)

Convención Nacional de Trabajadores (CNT)

Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Estados Unidos da América (EUA)

Federação dos Estudantes Universitários (FEUU)

Frente Ampla (FA)

Frente Izquierda de Liberación (FIDEL)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Medidas Prontas de Seguridad (MPS)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Movimiento de Liberación Nacional-Tupmaraos (MLN-T)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização dos Estados Americanos (OEA)

Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

Partido Comunista do Uruguai (PCU)

Partido Demócrata Cristiano (PDC)

Partido Socialista (PS)

Política Externa Independente (PEI)

Seções de Ordem Política e Social (SOPS)

Serviço Nacional de Informações (SNI)

Unidad Popular (UP)

Unión Cívica (UC)

Unión General de Trabajadores (UGT)

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. Crise econômica e de cultura política	11
2. O Pachecato e a escalada autoritária	16
3. A formação da Frente Ampla e o cenário eleitoral de 1971	21
4. As eleições e a reação brasileira	33
4.1 A política externa brasileira e o Uruguai	33
4.2 A Operação Trinta Horas e reações à Frente Ampla	43
4.3 As eleições de 1971	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
Referências Bibliográficas	53

INTRODUÇÃO

Ao final dos anos 1960, o Uruguai passava por uma crise não apenas político-econômica, como também da sua própria identidade. A “Suíça da América” – chamada assim por sua estabilidade, segurança, serviços públicos de qualidade e liberdade política – viu sua democracia entrar em profunda deterioração; enquanto sua economia estava em crise, aliada a uma série de ações realizadas pelo presidente Jorge Pacheco Areco (e, posteriormente, o governo Bordaberry e os ditadores que o seguiriam), comprometeu a qualidade e liberdade de serviços essenciais, como a educação.

A gestão Pacheco iniciou o que Padrós e Fernandes chamam de ‘golpe em câmera lenta’: “um crescente autoritarismo no Uruguai, com a utilização constante de medidas de exceção, técnicas repressivas e violência política”¹, se valendo de práticas que seriam adotadas no período da ditadura militar. Como reação ao Pachecato – denominação adotada para o governo de Pacheco –, a luta armada, principalmente sob o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T), se desenvolveu e ficou cada vez mais organizada.

Foi em meio a essa crise generalizada que um Uruguai quase irreconhecível saíria às ruas, em novembro de 1971, para realizar suas eleições. Os tradicionais partidos Nacional (*blanco*) e Colorado encontraram um terceiro concorrente capaz de ameaçar o bipartidarismo que sempre dominou o país: a Frente Amplio (Frente Ampla), união da esquerda com a centro-esquerda, alguns setores de partidos tradicionais e setores independentes.

Contudo, o Uruguai não estava isolado da realidade sul-americana, fortemente inserida no contexto de Guerra Fria. Seus vizinhos, as ditaduras do Brasil e Argentina, estavam sob ditaduras de segurança nacional², com grande foco em combater o “inimigo comum”, que era o comunismo, por todos os métodos possíveis. Além desses, Paraguai e Peru também passavam por períodos ditatoriais, e, ao norte, os Estados Unidos estimulavam golpes de Estado e governos autoritários de extrema-direita.

Nesse sentido, Ruy Mauro Marini desenvolve o conceito de subimperialismo:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana, mas expressou também a intenção de

¹ PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 38, n. 1, 2 jul. 2012, p. 28. Disponível em: <bit.ly/2JXkUR5>. Acesso em: 28 ago. 2022.

² Esse termo será desenvolvido ao longo do texto.

converter-se em centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. (...) Não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave³.

Além disso, enquanto potência regional⁴ com aspiração de aumentar seu poder internacional, o Brasil valeu-se de conceitos de política externa como o de fronteiras ideológicas e o da teoria do cerco⁵, próprios da Doutrina de Segurança Nacional e da reelaboração brasileira dessa, para combater organizações e movimentos de esquerda na América do Sul. As iniciativas anticomunistas do governo tornaram-se especialmente rígidas após a eleição de Salvador Allende, no Chile. Na Bolívia, onde a Assembleia Popular avançava, o Brasil participou ativamente do golpe de Estado ao final de agosto de 1971:

A Casa Militar do presidente Garratazu Médici, chefiada pelo general João Batista Figueiredo, ofereceu aos adversários do governo do general Juan José Torres, através do ex-coronel Juan Ayoroa, dinheiro, armas, aviões e até mercenários, bem como permissão para instalar áreas de treinamento perto de Campo Grande (Mato Grosso) e em outros locais próximos da fronteira. E o golpe de estado, deflagrado, finalmente, pelo general Hugo Banzer, contou com aberto apoio logístico do Brasil, cujos aviões militares, sem ocultar as insígnias nacionais, descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército, comandado pelo general Humberto Melo, estacionavam em Mato Grosso, prontas para intervir na Bolívia (onde alguns destacamentos penetraram), se necessário fosse.⁶

Com o golpe deflagrado na Bolívia, o Uruguai passava a ser o alvo da vez. Os militares brasileiros já monitoravam o país desde os primeiros momentos da ditadura, na intenção de não permitir que os exilados que foram até Montevideu exercessem qualquer forma de participação ou pressão política sobre a ditadura. Com a intensificação da atividade dos tupamaros e a formação da Frente Ampla (FA), as pressões sobre o Uruguai, assim como

³ MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 67.

⁴ "Haverá, em subsistemas como esses, alguns estados com interesses gerais em relação à região limitada e à capacidade de agirem por si sós, o que lhes confere a aparência de grandes potências locais. O Egito, o Iraque e talvez a Arábia Saudita têm sido grandes potências no mundo árabe; a Argentina e o Brasil têm desempenhado papel semelhante na América do Sul." WRIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 47.

⁵ A serem abordados posteriormente no texto.

⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 3, n. 28, 2003, p. 1. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54422>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

a coordenação repressiva – na forma de exportação de sua organização e envio de torturadores, por exemplo –, se intensificaram.

O ápice das tensões ocorreu com a concepção de um plano militar para invadir o Uruguai e tomar Montevideu em até 30 horas em caso de vitória da Frente, que, por isso, ficaria conhecido como Operação Trinta Horas. Também havia suspeitas de que Brasil e Argentina providenciariam ajuda a Pacheco para impedir a posse da FA – corroborada por documentos analisados neste trabalho.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar o contexto político uruguaio, bem como a política externa brasileira, para compreender os fatores que levaram a uma mobilização grande de esforços para deter a Frente Ampla, em caso de vitória.

Como este é um texto escrito sobre o passado recente, esse incorre nas características da História do Tempo Presente, que "se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções"⁷. Considerando-se a imbricação constante entre memória e história, este também está inserido nos desafios desse campo, seja pela existência de agentes ainda vivos desse período ou pela constante disputa ideológica sobre a memória das ditaduras latino-americanas nos cenários políticos nacional e internacional⁸.

O primeiro capítulo dedica-se a entender a crise econômica e de cultura política que levou um país otimista com seu futuro, que passava por um momento particularmente positivo⁹, a um período autoritário. O segundo, por sua vez, pretende estudar o governo de Jorge Pacheco Areco, dando destaque às ações autoritárias sob as Medidas Prontas de Seguridad e à atuação do MLN-T.

O terceiro capítulo discorre sobre a história partidária do Uruguai, passando por várias tentativas de união das esquerdas até chegar na formação da Frente Ampla, além de introduzir o cenário eleitoral de 1971. Por fim, o quarto capítulo visa entender a política externa brasileira, incluindo as relações Brasil-Uruguai, bem como analisar a Operação Trinta Horas e a reação brasileira à formação da Frente Ampla.

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 87.

⁸ Idem; FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p.43-59, jan/jun 2012.

⁹ ARIAS, Cecilia. Gobiernos reformistas en Uruguay 1947-1958: ¿profundización de la democracia en los inicios de la Guerra Fria? *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos (online)*, 5 out. 2018, p. 3.

Para este trabalho, foram utilizados como fontes primárias textos selecionados do semanário *Marcha*¹⁰, documentos desclassificados do Arquivo Nacional dos EUA disponibilizados pelo National Security Archive¹¹, documentos desclassificados do Departamento de Estado dos EUA disponibilizados pelo Grupo de estudios interdisciplinarios sobre pasado reciente (GEIPAR) da Universidad de la República (UDELAR)¹² e o banco de dados políticos da Facultad de Ciencias Sociales da UDELAR¹³.

¹⁰ Dirigido por Carlos Quijano, o seminário *Marcha* juntava nomes relevantes da intelectualidade latino-americana e visava realizar um jornalismo opinativo centrado em política e cultura contemporânea. O semanário ficou marcado no final dos anos 1960 e início dos 1970 (antes de ser fechado pela ditadura) pela oposição ao autoritarismo e por seu apelo à população contra a institucionalização da ditadura. O periódico, que abrigou Paulo Schilling e abordou uma série de discussões sobre o Brasil ditatorial, foi o primeiro veículo a denunciar a Operação Trinta Horas, em julho de 1971. Todos os números de *Marcha* estão disponíveis na hemeroteca do Arquivo Nacional do Uruguai: <<http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/17>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

¹¹ Disponibilizados em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/indexesp.html>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

¹² Disponibilizados em: <<http://www.geipar.udelar.edu.uy/index.php/documentos-del-departamento-de-estado-rg59/>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

¹³ Disponibilizados em: <https://bancodedatos-fcs.shinyapps.io/appPolitica/?_ga=2.109242114.602914030.1631804874-414403666.1631804874>. Acesso em: 28 ago. 2022.

1. Crise econômica e de cultura política

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a América Latina viveu um período de "democratização, tendência à esquerda e militância trabalhista", com tendência progressista e efervescência, embora limitada, da esquerda marxista (1944-1946). Esse também foi marcado por uma série de greves e aumento da atividade sindical¹⁴. Contudo, nos anos seguintes, viveu-se uma reversão desse momento:

Na segunda fase, que começa em alguns casos já em 1945, e, de modo geral, em 1946 ou 1947, completando-se em quase toda a parte por volta de 1948 (com a notável exceção da Guatemala, onde o "salto" do pós-guerra durou até 1954), a classe trabalhadora organizada estava sob estreito controle do Estado e, em muitos casos, excluída da política; os partidos comunistas sofriam proscrição e repressão em quase todos os lugares, os partidos reformistas passavam-se para a direita e o avanço democrático era contido, quando não invertido.¹⁵

O Uruguai, contudo, era um caso à parte: já era uma democracia constitucional desde antes da Primeira Guerra, com um modelo de Estado benfeitor que parecia cada vez mais integrado ao sistema socioeconômico nacional. Havia grande otimismo quanto ao futuro do país, que possuía reservas importantes de moeda estrangeira e uma alta e crescente qualidade de vida, além de haver vencido a Copa do Mundo no Brasil, em 1950¹⁶.

No Uruguai, esse modelo fazia parte do que Ana María Buriano Castro¹⁷ chama de "mito da harmonia", segundo o qual o país seria "harmônico, culto, legalista e igualitário". Para além do modelo de Estado de bem-estar social, o mito vinha acompanhado da continuidade de uma série de políticas implantadas pelo ex-presidente *colorado* José Batlle y Ordoñez¹⁸ – como um amplo processo de estatização, industrialização substitutiva e internalização de uma cultura política pacífica e de diálogo. Suas políticas sociais avançadas, a capacidade do Estado de prover serviços de qualidade para a população mais pobre e a

¹⁴ BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. A conjuntura do pós-guerra na América Latina. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 18.

¹⁵ Idem, p. 18-19.

¹⁶ ARIAS, Cecília. *Op. cit.*, p. 1.

¹⁷ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 130. Disponível em: <https://historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/303>. Acesso em: 26 set. 2021.

¹⁸ José Batlle foi presidente interino do Uruguai (1899, enquanto presidia o Senado) e, por duas vezes, presidente constitucional do país (1903-1907, 1911-1915). Foi uma figura central na pacificação do Uruguai, sendo o último presidente a lidar com uma guerra civil. Foi, por 40 anos, a pessoa mais importante do Partido Colorado – com uma influência que se estendia tanto ao Legislativo quanto ao Executivo –, e, com grande sucesso, transformou a cultura política do país e inaugurou a corrente política do batllismo, que seria o paradigma da política uruguaia por anos a fio.

estabilidade do sistema político constitucional conferiram ao Uruguai a alcunha de “Suíça da América”¹⁹.

Buriano Castro²⁰ afirma que, mesmo depois do fim da vida política de Batlle, o modelo batllista – que reúne tanto as políticas do ex-presidente quanto o modelo de Estado benfeitor²¹ – continuou sua propagação por meio do sistema político uruguaio e seu subsistema de partidos, “*basado en complejos mecanismos de coparticipación de los partidos en el ejercicio del gobierno – incluso con representación de las minorías en un cuerpo Ejecutivo colegiado*”. Cabe notar que, mesmo com a internalização do "mito da harmonia", nem o sistema político nem a sociedade civil negaram conflitos, por exemplo, quanto a desigualdades sociais e concentração de terras, que levaram à formação de um forte movimento sindical.

Também é necessário pontuar que, desde 1865, com a eleição de Venancio Flores, o governo federal uruguaio sempre esteve nas mãos do Partido Colorado. Esse fator, em conjunto com a internalização das ideias do ex-presidente, tanto ajudou a conferir continuidade ao projeto batllista quanto, mais tarde, tornaria difícil repensar o sistema de Estado benfeitor sob outras bases²².

A partir de 1955, o grande otimismo em que o país vivia seria solapado por uma crise econômica severa:

Uma dura crise econômica originada na perda de mercados, na impossibilidade de incorporar novas tecnológicas [sic] e na falta de reorientação produtiva do país levou ao crescimento dos saldos comerciais negativos, ao endividamento externo, às negociações com o FMI e às políticas de arrocho salarial e encolhimento do investimento social do Estado. O descontentamento social, fruto também da falta de sensibilidade política dos setores dominantes, radicalizou uma situação que, no marco externo, era influenciada pela Guerra Fria, pela revolução Cubana e pela implantação de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966). Desde o início da década, grupos de extrema direita agiam com impunidade e cobertura estatal contra organizações e manifestações de esquerda. Toda

¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 1.

²⁰ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 130-131, em tradução livre.

²¹ Em uma definição bastante ampla, o modelo de Estado benfeitor (ou *Welfare State*) "é entendido como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população". MEDEIROS, Marcelo. *A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 6. Para uma discussão mais aprofundada, ver ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*. N. 24, 1991, p. 85-116. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

²² BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 130

manifestação crítica em relação às orientações governamentais passou a ser vista como produto de ação comunista, o que alimentou precoces ameaças golpistas (no entorno do general Aguerrondo). Simultaneamente, os sindicatos aprofundavam a sua organização, em 1964, com a Convenção Nacional dos Trabalhadores [CNT].²³

Ainda sobre a crise econômica, o economista Eric Baklanoff²⁴ comenta que, de 1955 a 1967, o PIB do Uruguai caiu em uma taxa média anual de mais de 1% e houve queda grande da renda *per capita*, o que acentuou as tensões políticas. Houve alta tanto do desemprego quanto do desemprego disfarçado²⁵, com o Estado chegando a ser responsável por 40% dos empregos no país. A inflação bateu 130% ao ano em 1967, reservas cambiais retrocederam para um saldo negativo de 88 milhões de dólares e a dívida externa subiu ao ponto de o Uruguai precisar renegociar com os credores.

A economia em colapso, baseada em investimentos estatais, já não era mais capaz de sustentar o Estado de bem-estar social construído no governo de Batlle. A crise, nesse ponto, não era apenas econômica, mas também da própria cultura política uruguiaia, que via os eixos do *batllismo* se desfigurarem. Com a inabilidade dos dirigentes *colorados* para reconstruir esse sistema político, a crise aprofundou-se²⁶, levando à primeira derrota eleitoral do Partido Colorado nas eleições de 1958 para o Partido Nacional.

Cabe notar que, desde 1952, o Uruguai não era governado por um único presidente, mas sim pelo Conselho Nacional de Governo. Nesse sistema, o partido vencedor preenchia seis das nove cadeiras do Conselho, enquanto o segundo lugar ocupava as três restantes. Os mandatários tinham um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição, e ocupavam rotativamente a presidência do órgão – que não previa nenhuma decisão ou prerrogativa monocrática para além da representação do Conselho, comunicações e condução das sessões²⁷. Dessa forma, o Partido Nacional chegou ao ano de 1959 com a maioria das cadeiras do órgão, mas dividido entre duas correntes.

²³ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 1-2.

²⁴ BAKLANOFF, Eric N. Os problemas econômicos do Uruguai, em perspectiva histórica: o declínio do primeiro “Welfare State” da América do Sul. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro. 24 (3), jul./set. 1970, p. 149-150.

²⁵ Cunhado por Joan Robinson, o conceito de desemprego disfarçado significa "perder um 'emprego' de boa remuneração e alta produtividade, para aceitar outro 'inferior' como alternativa ao 'desemprego' total". IBGE. *Emprego, subemprego e desemprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981, p. 11.

²⁶ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 130-131.

²⁷ ESPIELL, Héctor Gros. El Ejecutivo colegiado en el Uruguay. *Revista de estudios políticos*, n. 133, 1964, p. 157-172.

André Ferreira²⁸ destaca que essa eleição também representa uma migração de votos de eleitores tradicionais do Partido Colorado para os *blancos*. A partir desse momento, aumenta o eleitorado flutuante do país – que, por não necessariamente obedecer à lógica das fidelidades partidárias, mais comum até então, aumenta a imprevisibilidade das votações e abre espaço para que outras siglas cresçam.

O primeiro governo *blanco* (1959-1962) foi marcado por um modelo econômico-social de "regresso ao campo", que buscou beneficiar ruralistas por meio da reversão da política de substituição de importações e da adoção de medidas anti-industrialistas. Ao mesmo tempo, o Estado incentivou a produção agropecuária e buscou reduzir a sua intervenção na economia – enxugando também as políticas de assistência social e distribuição de renda, o que, em meio ao aprofundamento da crise econômica, levou a um período de constante agitação social, greves e embates com sindicatos²⁹.

Apesar disso, o Partido Nacional foi o vencedor das eleições de 1962, embora com uma margem muito menor do que a eleição anterior³⁰. Em meio a crises internas entre vertentes diferentes do partido, o governo alternou sua política econômica entre medidas mais desenvolvimentistas e outras mais liberais – reaproximando-se das políticas do Fundo Monetário Nacional (FMI) ao final de 1965, devido ao fracasso em conter a crise econômica³¹. O segundo governo *blanco* também viu um aprofundamento das greves em diversos setores fundamentais da economia uruguaia, como em frigoríficos, na indústria têxtil e no setor de transportes³².

Nesse cenário de crise, os setores políticos da sociedade se tornaram mais organizados: os trabalhadores sindicalizados se unificaram por meio da Convención Nacional de Trabajadores (CNT); formou-se o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T), grupo socialista revolucionário que propunha a criação de uma guerrilha armada; grupos violentos de extrema-direita ganharam confiança e começaram a promover ataques³³; e

²⁸ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 50-55.

²⁹ NAHUM, Benjamin *et al.* *El fin del Uruguay liberal: 1959-1973*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1990, p. 9-16.

³⁰ Os mais de 120 mil votos que separaram o partido Nacional – que obteve quase 50% dos votos, contra os 38% de seu principal opositor – do Colorado em 1958 se tornaram menos de 25 mil em 1962. CORTE ELECTORAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Elecciones nacionales de 1962*. Disponível em: <<https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/estadisticas/estadisticas>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

³¹ GERARDO, Caetano. *Historia mínima de Uruguay*. Montevideo: Linardi y Risso, 2019, p. 125.

³² NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 23-33

³³ Carlos Machado cita alguns exemplos desses ataques: "*Con impunidad, empezaba a operar la derecha con métodos fascistas. En marzo del 60, Agorio y Pedro Díaz se desafiliaban del Ateneo de Montevideo por la práctica del maccarthismo impulsada en esa institución, cobijando patotas armadas. En octubre, las mismas asaltaron la Universidad. En enero del 61 se produce un asalto a la sede central del P. C. El 1º de mayo, esos*

creceu a politização das Forças Armadas, muito vinculadas ao Partido Colorado³⁴, em meio a um cenário internacional de paranoia entre os militares com o "perigo vermelho" intensificado pela Revolução Cubana³⁵.

Ao mesmo tempo, os quadros da política partidária também se alteraram. Os políticos mais tradicionais, já muito velhos, deram lugar a uma geração mais jovem e menos comprometida com o diálogo e a tradição democrática sob a qual se construiu o "mito da harmonia". As tentativas falhas de ambos os partidos para lidar com a crise, gerando um processo inflacionário sem precedentes, alimentou a desconfiança popular no sistema político³⁶.

Além disso, os partidos estavam em crescente fragmentação interna. Para as eleições de 1966, os *colorados* lançaram cinco candidaturas, sendo a mais votada³⁷ a do general da reserva Óscar Gestido – o que, por si só, já era uma novidade em um país extremamente civilista –, com o deputado de primeira viagem Jorge Pacheco Areco como vice. Sua estratégia de campanha não consistia em uma exaltação das forças armadas ou de sua patente, mas sim em disseminar que Gestido não era político de carreira, era um bom gestor e não era corrupto, com um perfil austero e experiente³⁸. Com 49,3% dos votos, contra 40,3% dos *blancos*, o Partido Colorado sagrou-se o vencedor da disputa.

Essas eleições também trouxeram o fim da experiência colegiada (1952-1967), com a promulgação da Constituição de 1966 e o retorno a um sistema presidencial – com poderes ampliados para o presidente – aprovados pela população em plebiscito³⁹. Seu curto período na presidência, contudo, seria conturbado e terminaria sendo interrompido por um ataque cardíaco:

grupos atentan contra los socialistas lanzando una bomba en la Casa del Pueblo. En agosto, tras una conferencia de Ernesto Guevara en la Universidad, promueven un ataque criminal. En el 62, con ORPADE, trasladan a Enseñanza Secundaria los operativos." MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973, p. 380.

³⁴ Gerardo cita que havia rumores de que as Forças Armadas chegaram a oferecer a Luis Batlle Berres a oportunidade de realizar um golpe de Estado para impedir que os *blancos* assumissem o poder. GERARDO, Caetano. *Op. cit.*, p. 124.

³⁵ GERARDO, Caetano. *Op. cit.*, p. 123-124; NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 31-33.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ A chapa Gestido-Pacheco Areco venceu a dupla Jorge Batlle Ibáñez-Julio Lacarte Muró por menos de 4% dos votos, como demonstração da acirrada disputa dentro do próprio Partido Colorado. CORTE ELECTORAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Elecciones nacionales de 1966*. Disponível em: <<https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/estadisticas/estadisticas>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

³⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 2; BURIANO CASTRO, Ana Maria. *Op. cit.*, p. 132.

³⁹ Nas eleições uruguaias, além das votações para a presidência e o congresso, a população também participa de plebiscitos e referendos. Reformas constitucionais (incluindo a promulgação de uma nova constituição) precisam, obrigatoriamente, serem referendadas em votação.

En marzo de 1967 había asumido la Presidencia el general (retirado) Oscar Gestido, candidato victorioso en las elecciones del año anterior con el apoyo de un heterogéneo espectro de fracciones coloradas. Su breve período de gobierno (moriría en diciembre de ese mismo año, accediendo a la primera magistratura su compañero de fórmula Jorge Pacheco Areco) se caracterizó por la evolución errática de las políticas (oscilantes entre posiciones de cuño desarrollista y fuertes giros a la ortodoxia fondomonetarista) y por la irrupción de nuevas señales de conflictividad en las relaciones entre el gobierno y los sindicatos. Aun antes de la muerte de Gestido, el desgaste político del nuevo gobierno resultaba por demás visible, erosionándose fuertemente sus bases.⁴⁰

A morte de Gestido levou um inexperiente Jorge Pacheco Areco – cujo histórico eleitoral era de apenas um mandato como deputado antes de tornar-se vice-presidente – ao cargo mais alto do país, sem as limitações do Conselho Nacional de Governo. Sua resposta à crise profunda em que o Uruguai se encontrava, com a mudança de presidente sendo mais um ponto de instabilidade, foi um aumento vertiginoso do autoritarismo e a erosão do sistema político tradicional do país.

2. O Pachecato e a escalada autoritária

Com a morte de Gestido, Pacheco assumiu a presidência com mão de ferro. Sua gestão é descrita por Buriano Castro⁴¹ como um governo de transição entre o Estado batllista em declínio e a ditadura civil militar que viria com o golpe de 1973:

La transitoriedad del régimen estuvo marcada por la tendencia a manejar el poder fuera de los límites constitucionales, apoyado en un solo artículo de la Constitución, aquel que lo dotaba del derecho de implantar Medidas Prontas de Seguridad en caso de ataque exterior o conmoción interior; es decir un estado de sitio permanente, con el sometimiento del Parlamento, con la creación de instituciones inexistentes, con desconocimiento de las estructuras políticas de los partidos. Pese al estado de disolución del modelo de legalidad imperante en el país se mantuvo un marco pseudo legal, sin suprimir las instituciones vigentes, aunque se las ‘vaciará de contenido’, como sostuvo el análisis político de la época. La de Pacheco fue una verdadera dictadura constitucional.⁴²

⁴⁰ CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ ANTÓN, Romeo. La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 44, 1987-4, p. 149-150 *apud* FERREIRA, André Lopes. O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos tupamaros com a Frente Ampla no início dos anos 1970. *OPSIS*, Catalão, v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 310.

⁴¹ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 113.

⁴² *Ibidem*.

Ainda na sua primeira semana de governo, “em nome da estabilidade política e do combate à ‘subversão’, Pacheco dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda”, acusando-os de “patrocinar a luta armada e de serem vinculados à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)”⁴³.

O presidente também deu forte continuidade a medidas adotadas por Gestido que desprestigiavam a política tradicional:

(...) consolidaram-se duas tendências experimentadas na gestão Gestido: a presença crescente de ministros alinhados às recomendações do FMI e o perfil “técnico” da escolha de muitos deles em detrimento de um perfil político. Essas tendências se mostraram negativas à sociedade e tiveram um peso importante no desenvolvimento dos acontecimentos.⁴⁴

Muitos desses ministros 'técnicos' vinham do empresariado e eram *outsiders* da política. Sua presença em áreas estratégicas importantes do governo (como nos ministérios da *Ganadería y Pecuária*, *Industria y Comercio* e *Transportes y Obras Públicas*), assim como a ausência de políticos eleitos nesses cargos, mostrava um grande descompasso com as tradições políticas democráticas e centradas nos partidos. A política tradicional foi ainda mais desvalorizada pelo discurso oficial do governo, que defendia que esses ministros – em contraste com os 'partidários' ineficientes que os antecederam – não sofreriam pressões eleitorais e, por isso, estariam mais aptos a gerir o país⁴⁵.

Esses ministros introduziram uma perspectiva “produtivista, gerencial e tecnocrática indiferente a seus efeitos sociais e humanos”; e os setores de onde vinham iniciaram um exitoso movimento para mostrar Pacheco como alguém que “*pone el pecho*”, dava a cara a tapa, ante a resistência a seu governo⁴⁶.

Mesmo seguindo as medidas do FMI e dando continuidade às medidas de austeridade de seu antecessor – o que colocou seu governo “num curso de colisão com os 400.000 membros da Convenção Nacional dos Trabalhadores”⁴⁷ –, Pacheco não conseguiu frear a crise

⁴³ A OLAS foi um projeto de movimento revolucionário de luta armada na América Latina impulsionado pelo governo de Cuba, idealizado em reunião em Havana em 1967. Contudo, a morte de Che Guevara na Bolívia, no mesmo ano, tornou inviável a realização do projeto. SADER, Emir. OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade). In: SADER, Emir (org.). *Enciclopédia Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/o/olas>>. Acesso em 12 out. 2021. PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 2.

⁴⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 272-273.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 133.

⁴⁷ BAKLANOFF, Eric N. *Op. cit.*, p. 151.

econômica. Somente no mês de dezembro de 1967, o peso uruguaio desvalorizou 100%. Em junho do ano seguinte, Pacheco decretou o congelamento de preços e salários, anulando também o esperado reajuste salarial de 1º de julho, que atingiria milhares de trabalhadores que tentavam lidar com a inflação⁴⁸. Esses fatores contribuíram para um clima generalizado de agitação no país, com estudantes secundaristas e do Ensino Superior e trabalhadores realizando uma série de protestos⁴⁹.

Em meio a essa situação, Pacheco implantou por decreto o estado de sítio no país em 13 de junho de 1968. Cinco dias depois, a CNT e a Federação dos Estudantes Universitários (FEUU) organizaram uma greve geral, à qual Pacheco respondeu militarizando, por Medidas Prontas de Seguridad (MPS)⁵⁰, os trabalhadores de bancos (públicos e privados), de transportes e servidores públicos, submetendo-os a regras e tribunais militares. “*Toda acción gremial se castigaba con confinamientos en cuarteles a donde eran llevados los trabajadores, en tandas de varios centenares que se renovaban con periodicidad mensual o se les destituía por ‘deserción’*”⁵¹. Essas medidas não possuíam precedentes e eram inconstitucionais, mas Pacheco não permitiu que esses fatores impedissem a sua continuidade.

Se valendo do medo apresentado pelos setores anticomunistas,

o governo cometeu excessos constitucionais usando a força, a censura prévia e a militarização dos funcionários públicos, formas cotidianas de controle social, ou seja, recorreu à polícia e ao Exército para resolver situações que tinham sido interditadas aos canais tradicionais da negociação política. Em suma, o governo ficou refém dessa dança dialética infernal, numa espiral onde o aprofundamento da crise econômica e a defesa dos interesses empresariais e financeiros implicaram em mobilizações de oposição mais contundentes e ousadas, as quais, por sua vez, aumentaram a repressão governamental.⁵²

Para além disso, Pacheco se valeu extensivamente das Medidas Prontas de Seguridad, que deveriam ser utilizadas apenas em casos urgentes de ataque externo ou ‘comoção interna’

⁴⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 273.

⁴⁹ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 133.

⁵⁰ “Las medidas prontas de seguridad son disposiciones garantizadas por la Constitución, que ante casos graves e imprevistos de ataque exterior o conmoción interior le confiere al Poder Ejecutivo facultades que permiten mantener el orden institucional. Desde el punto de vista constitucional sólo pueden ser justificadas cuando ese fin no puede ser alcanzado por los medios ordinarios.” KIERSZENBAUM, Leandro. “Estado peligroso” y Medidas Prontas de Seguridad. *Contemporánea: Historia y problemas del siglo XX*, vol. 3, n. 3, 2012, p. 100-101.

⁵¹ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 133.

⁵² PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 273-274.

– obedecendo a resolução posterior do Congresso. O que sua gestão fez, contudo, foi o exato oposto: utilizou-as indiscriminadamente e ignorando as resoluções do Congresso. Enquanto os ministros da Fazenda, Interior e Defesa Nacional – que eram quem de fato controlavam a aplicação das MPS – entendessem essas medidas como essenciais para controlar a ‘subversão sindical’, o Executivo estaria livre para governar por decreto, sem precisar dialogar com os outros poderes⁵³.

Por meio das MPS, o Pachecato:

1. Destituiu diretores de bancos e empresas estatais, estimulando, ao mesmo tempo, a internacionalização do sistema financeiro e fusões de instituições bancárias;
2. Censurou jornais, que chegaram a ser impedidos de usar as palavras “tupamaro” e “guerrilheiro”, passando a chamá-los de *los innombrables*;
3. Militarizou milhares de funcionários públicos e privados com o objetivo de impedir greves e mobilizações; e
4. Realizou ataques severos às instituições de ensino (secundárias e terciárias) e à autonomia universitária – fechando cursos por decreto, por exemplo. O governo também armou grupos de extrema direita como a *Juventud Uruguaya de Pie*, que agrediam os estudantes, e invadiu com forças repressivas os espaços universitários para evitar que fossem palcos de mobilizações.⁵⁴

A maneira como as MPS foram utilizadas corroeu o poder do Legislativo – considerado, primeiramente, um entrave, e, depois, um cúmplice da subversão" – e do Judiciário, desconhecendo e ignorando sumariamente as decisões dos dois outros poderes, ao mesmo tempo que centralizou, de maneira autoritária, o poder de decisão no Executivo. Ao mesmo tempo, com apoio de setores conservadores de ambos os partidos dominantes⁵⁵ e de associações empresariais, o governo favorecia os setores dominantes e grupos autoritários dentro das Forças Armadas⁵⁶.

⁵³ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 6.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ Alguns destaques são a *Unión Colorada y Batllista* e adeptos da Lista 15, dentro do Partido Colorado, e da Aliança Nacionalista, do Partido Nacional, de Martín Echegoyen.

⁵⁶ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 6.

Nesse contexto de autoritarismo crescente, surgem os dois principais grupos à esquerda de oposição: a Frente Ampla (de quem tratarei na próxima seção), na via institucional, e o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T), na luta armada.

O MLN-T existia como grupo desde 1963; contudo, possuía um propósito defensivo até 1968⁵⁷. Em reação às medidas autoritárias de Pacheco, começou a agir de maneira ofensiva e militarista, se valendo de atos de expropriação e sequestros políticos, fugas da prisão – atos de propaganda armada – e divulgação de documentos que mostravam corrupção, incapacidade ou mesmo má vontade do governo⁵⁸. A guerrilha possuía um programa socialista e anti-imperialista e conseguiu grande sucesso contra as ações policiais⁵⁹.

Enquanto essa propaganda despertava simpatia e apoio de “setores da classe média já desapontados com o sistema político tradicional”⁶⁰, os atos mais ousados, “como o sequestro de diplomatas estrangeiros (caso do brasileiro Dias Gomide) ou de agentes diretamente vinculados à repressão (caso de Mitriane, executado após a rejeição de negociações por parte do governo dos EUA)”⁶¹, também fizeram com que o MLN-T perdesse apoio popular.

É importante notar que a luta armada não era consenso na esquerda uruguaia. O Partido Comunista, por exemplo, era absolutamente contrário a essa opção, e Carlos Quijano, editor do semanário *Marcha*, apontava para a impossibilidade de, na época, se realizar uma revolução pela força⁶². Mesmo assim, o MLN-T consolidou sua presença no cenário político uruguaio até que o Exército, treinado em escolas militares dos EUA, foi convocado para lidar com a guerrilha devido ao colapso policial ao final de 1971. Por meio de tortura e “outros mecanismos repressivos não convencionais”, as forças armadas acabariam por destruir a guerrilha no ano seguinte⁶³.

⁵⁷ O antecessor do MLN-T, o *Coordinator*, já havia sido fundado no início da década. Embora a militarização só tenha ocorrido no final dos anos 1960 – e antes mesmo de se chamar MLN-T –, o grupo já realizava ações guerrilheiras.

⁵⁸ FERREIRA, André Lopes. O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos tupamaros com a Frente Ampla no início dos anos 1970. *OPSIS*, Catalão, v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 313.

⁵⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 13.

⁶⁰ FERREIRA, André Lopes. O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos tupamaros com a Frente Ampla no início dos anos 1970. *OPSIS*, Catalão, v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 314.

⁶¹ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 5.

⁶² PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 264 [nota 24].

⁶³ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 5.

Em grande parte sob a justificativa de combater essa luta subversiva, o governo instalou o uso da tortura como método de combate – e começaram a surgir mortes e desaparecimentos de políticos e militantes do movimento estudantil e sindical. Gerardo⁶⁴ afirma que, mesmo em meio ao contexto interno de luta e repressão e externo de Guerra Fria, e apesar da maioria do Legislativo ter se recusado a romper com o governo⁶⁵, não se pode dizer que a sociedade civil e os partidos uruguaios acompanharam majoritariamente o desprezo às instituições. Ainda havia, afinal, a crença de que seria possível resolver o problema por meio das urnas nas eleições de 1971.

3. A formação da Frente Ampla e o cenário eleitoral de 1971

3.1 Divisão entre as esquerdas

Não é exagero dizer que a política uruguaia havia sido, até então, dominada pelo Partido Colorado e pelo Partido Nacional. Desde as primeiras eleições no país, houve apenas uma ocasião em que um candidato de outro partido chegou a 10% dos votos para o posto de presidente: no pleito de 1942, quando o candidato do Partido Nacional Independente – que, como o nome leva a imaginar, era uma dissidência dos *blancos* – alcançou a inédita marca de 11,66% dos votos⁶⁶.

Na maioria das vezes, contudo, os dois maiores partidos chegavam a obter, somados, mais de 80% dos votos válidos. Vale ressaltar, também, que as fichas de votação eram inseparáveis – o que significa que, ao votar para um candidato para a presidência, o eleitor necessariamente precisaria votar em candidatos do mesmo partido que o apoiassem para a

⁶⁴ CAETANO, Gerardo. *Op. cit.*, p. 129

⁶⁵ "Además, el hecho de que la mayoría legislativa se negara a romper con el Poder Ejecutivo puede estar indicando que existía una coincidencia de base en la defensa de un modelo de sociedad, ante la creciente movilización sindical y estudiantil que oponían otro "modelo" de país, y, sobre todo, ante la acción de la guerrilla tupamara. Por otro lado, pesaba el temor a que un golpe de Estado o el Presidente (según lo previsto en la Constitución) disolviera las Cámaras, por los costos y las incertidumbres que implicaba para los legisladores el obtener la reelección en sus bancas." NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 59.

⁶⁶ Cabe notar que o Partido Nacional Independente era um "sublema fora do lema" – ou seja, não representava exatamente uma ruptura com a cultura bipartidarista. O partido se reunificaria com o Partido Nacional em 1954. ÁREA POLÍTICA Y DE RELACIONES INTERNACIONALES DEL BANCO DE DATOS DE LA FCS. *Evolución Electoral por Partido y por Departamento: 1942-2009 (en porcentajes)*. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20140714202422/http://www.fcs.edu.uy/pagina.php?PagId=269&CatId=83&SubCatId=124>>. Acesso em: 28/2/2022.

Câmara e o Senado⁶⁷. Dessa forma, o poder e potencial impacto dos partidos menores nas casas legislativas era, desde a sua formação, pequeno em relação aos dois maiores.

Tabela 1 – Resultado das Eleições Presidenciais Uruguaias: 1942-1958 (%)⁶⁸						
Ano/Partido	Partido Colorado	Partido Nacional	Partido Nacional Indep.	Unión Cívica	Partido Comunista	Partido Socialista
1942	57,2	22,8	<i>11,7</i>	4,3	2,5	1,6
1946	46,3	31,1	9,4	4,9	4,9	2,4
1950	52,3	30,8	7,6	4,4	2,3	2,1
1954	50,6	35,2	3,7	5,0	2,2	3,3
1958	37,7	49,7	–	3,7	2,7	3,5

Apesar de não chegarem a fazer frente à hegemonia dos *colorados* e *blancos*, havia uma série de partidos e movimentos organizados no país que mobilizavam um número considerável de votos. Para fins deste trabalho, darei maior enfoque às organizações de esquerda e às tentativas de união para fins político-eleitorais.

Com um grande salto no número de operários – de 90 mil, em 1936, para mais de 200 mil em 1952 (indo da 10ª maior categoria profissional para a 5ª) – e um crescimento na sindicalização desses funcionários – que, de 10 mil, tornaram-se 100 mil –, além do fortalecimento dos próprios sindicatos, as esquerdas adentram a década de 1950 fortalecidas⁶⁹.

Apesar disso, as divisões dentro do campo da esquerda ainda não haviam sido vencidas. O Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCU) possuíam uma rivalidade histórica, datando dos anos 1920, quando os socialistas, liderados por Emilio Frugoni,

⁶⁷ BUQUET, Daniel; CHASQUETTI, Daniel. Presidential Candidate Selection in Uruguay, 1942 to 2004. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (eds.). *Pathways to Power: Political recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008, p. 316-341. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/266408376_PRESIDENTIAL_CANDIDATE_SELECTION_IN_URUGUAY_1942-1999>. Acesso em: 28/2/2022.

⁶⁸ Em negrito, o partido vencedor da eleição; e, em itálico, a única vez até 1966 que um partido que ficou em terceiro lugar ultrapassou 10% dos votos. Partidos que participaram só de uma eleição, como o *Partido Unión Popular* (PUP) e *Unión Democrática Reformista* (UDR) foram excluídos da tabela. Fonte: *Banco de Datos de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Área de Política y Relaciones Internacionales*. Disponível em: <<https://cienciassociales.edu.uy/servicios/unidad-de-metodos-y-acceso-a-datos/elecciones/>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁶⁹ CAETANO, Gerardo. *Op. cit.*, p. 144.

reorganizaram-se enquanto PS em meio à reestruturação do Partido Comunista⁷⁰. A disputa, que originalmente estava centrada em "*reformistas vs. revolucionarios; leninistas vs. socialdemócratas*" e em como os partidos enxergavam a União Soviética e seu modelo revolucionário, tornou-se, progressivamente, em uma discussão para saber qual dos dois era mais leninista e qual seria o mais revolucionário⁷¹.

Assim como os partidos, as centrais sindicais também estavam fortemente divididas, com os comunistas estando vinculados, principalmente, à *Unión General de Trabajadores* (UGT) e os socialistas à *Confederación Sindical del Uruguay* (CSU).

Errandonea e Costáble⁷² denominaram a organização sindical da época como um sistema 'dualista' – com os sindicatos elegendo dirigentes vinculados à esquerda (fossem eles comunistas, socialistas ou anarquistas), mas orientados perante os partidos majoritários dentro do sistema político nacional. Isso significa que a esquerda tinha alta representação sindical, mas que isso não se traduzia nas eleições.

Mesmo que houvesse relativo sucesso nas ações dos sindicatos – que conquistaram, por exemplo, a aprovação do direito à greve em 1952 e de uma série de leis trabalhistas entre as décadas de 1940 e 1950⁷³ –, o sistema dualista e a baixa evolução eleitoral dos partidos de esquerda dava sinais que, enquanto estivesse fragmentada, a esquerda não teria sucesso em grandes empreitadas. Reconhecendo isso, os partidos de esquerda mobilizaram-se intensamente entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970 na busca da união sob um único lema.

3.2 Processos de conciliação

⁷⁰ O advento do Partido Socialista ocorre em 1910. Com a Revolução Russa e a fundação da Internacional Comunista, a agremiação dividiu-se entre os que desejavam aderir a essa organização – apoiando, portanto, a União Soviética – e os que não queriam fazê-lo. O primeiro grupo foi o vencedor de votação no congresso do partido, que, como exigência da Internacional, passou a chamar-se Partido Comunista do Uruguai. Os filiados descontentes com a decisão, liberados por Frugoni, decidiram refundar o Partido Socialista.

⁷¹ YAFFÉ, Jaime. *Izquierda y democracia en Uruguay, 1959-1973: Un estudio sobre lealtad democrática en tiempos de Guerra Fría latinoamericana. Tese de doutorado*. Montevideu, Universidad de la República, 2016, p. 225-226.

⁷² ERRANDONEA, Alfredo; COSTÁBILE, Daniel. *Sindicato y sociedad en el Uruguay apud PÉREZ, Agustín J. Izquierdas y trabajadores rurales en Uruguay (1955-1959)*. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, n. 50, 2019, p. 105.

⁷³ "*La aprobación de textos legales fundamentales: la ley de fijación de salarios mínimos (1943), las leyes de indemnización por despido (1944) y la ley de vacaciones anuales (1944), el estatuto del trabajador rural (1946)*"; "*La consolidación de la normativa protectora del contrato de trabajo, a través de la aprobación de nuevas leyes relativas al trabajo insalubre (1950), seguro de desempleo (1952), ratificación de nuevos Convenios Internacionales del Trabajo (1953), jubilaciones (1954), jornada (1957), indemnización por despido (1957), licencia (1958)*". DELGUE, Juan R. *El sistema uruguayo de relaciones laborales: entre autonomía y negociación*. *Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social*, vol. 3, n. 5, 2012, p. 59.

A partir de 1955, com a troca de liderança no partido, os comunistas definiram como prioridade estratégica a formação de uma "grande coalizão antifeudal e anti-imperialista", nas palavras do próprio líder do PCU, Rodney Arismendi⁷⁴: a *Frente Democrático de Liberación Nacional*⁷⁵. Isso significava uma mudança radical na maneira – até então classificada por Gerardo Leibner⁷⁶ como "beligerante" – como os comunistas se relacionavam com outros partidos, e, em especial, com os socialistas.

Por sua vez, o Partido Socialista também passou por uma mudança importante na sua liderança, com o professor, ensaísta e político Vivian Trias assumindo o lugar do histórico líder Emilio Frugoni em 1960. Essa substituição também significava uma alteração no pensamento dominante do partido – que, de uma linha pró-Occidente, passou a apresentar-se cada vez mais como anti-imperialista e nacionalista, tendência acentuada pelo sucesso da Revolução Cubana⁷⁷. Os socialistas também viriam a apoiar uma coligação à esquerda, mas com uma diferença: não se juntariam com o Partido Comunista.

Já antes das eleições de 1958, surgiram nas páginas do semanário de esquerda *Marcha* uma série de debates sobre a formação de uma frente unificada de esquerda. Essa ideia, em si, não era novidade: na década de 1930, a oposição à ditadura de Gabriel Terra tentou, sem sucesso, formar uma Frente Popular⁷⁸. O que deu plausibilidade e destaque para essa nova proposta foi o contexto de fragilidade do Partido Colorado, que perderia, pela primeira vez desde o século XIX, as eleições para os *blancos*. Apesar do entendimento comum de que não seria possível alcançar igualdade de pensamento entre as diferentes siglas, a ideia central era unir-se em torno de um "antitradicionalismo" à esquerda, isto é, fornecer uma alternativa aos partidos majoritários e atrair mais pessoas para o campo progressista⁷⁹.

Em meio às disputas entre o PCU e o PS, formaram-se duas coalizões: a *Frente Izquierda de Liberación* (FIDEL), formada pelos comunistas e movimentos dissidentes dos partidos majoritários; e a *Unión Popular*, dos socialistas, dissidentes *blancos* e outros grupos (alguns deles mais à direita do que o PS).

⁷⁴ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. *Acerca de los problemas del partido*, p. 11.

⁷⁵ Cabe notar que, entre os comunistas, a ideia da Frente já existia desde a gestão anterior, de Eugenio Gómez. Contudo, seja por inércia ou por uma aparente falta de condições de realizá-la, o partido somente começou a articulá-la seriamente quando Arismendi assume a liderança do PCU. LEIBNER, Gerardo. *Camaradas y compañeros: Una historia política y social de los comunistas del Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2011, p. 238.

⁷⁶ LEIBNER, Gerardo. *Op. cit.*, p. 243.

⁷⁷ A radicalização (aqui entendida como adesão a ideias revolucionárias marxistas, e não necessariamente, mas também não excluindo-o, de apoio a uma revolução armada e urgente) também foi vista em outros partidos e movimentos de esquerda. NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 18-19.

⁷⁸ GERARDO, Caetano. *Op. cit.*, p. 144.

⁷⁹ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 54.

Além disso, a tradicional *Unión Cívica* (UC), partido conservador católico, havia perdido quase um terço do seu eleitorado em 1958⁸⁰. Em meio a esse contexto, a UC também passava por uma série de disputas internas: "*El choque de tendencias conservadoras y progresistas en su seno desembocó en el abandono del partido por estas últimas; primero, la Juventud Demócrata Cristiano y poco más tarde, el Movimiento Social Cristiano, donde actuaron también figuras de los partidos tradicionales*"⁸¹.

Apesar disso, a movimentação da ala progressista ainda era intensa, e, em 1962, a Unión Cívica transformou-se em Partido Demócrata Cristiano (PDC). Apesar da mudança de nome, o PDC concorreu às eleições basicamente com a mesma plataforma da UC. Sua atitude de terceira via, tentando manter-se crítico tanto ao capitalismo quanto ao socialismo, fez com que o partido não se encaixasse na proposta de nenhuma das coalizões. Nesse momento, o grande ponto em comum entre comunistas, socialistas e democratas cristãos era a oposição à dominância dos partidos majoritários⁸².

Tabela 2 – Resultado das Eleições Presidenciais Uruguaias: 1962-1966 (%)⁸³						
Ano/ Partido	Partido Colorado	Partido Nacional	Frente Izquierda de Liberación	Unión Popular	Partido Socialista	Partido Demócrata Cristiano
1962	44,5	46,5	3,5	2,3	–	3,1
1966	49,3	40,3	5,7	0,2	0,9	3,0

Apesar das tentativas de união para mostrar-se uma alternativa viável aos partidos majoritários, esses ainda assim conseguiram, somados, 90% dos votos. Enquanto os democratas-cristãos mantiveram seu eleitorado na transição de *Unión Cívica* para PDC, os socialistas viram seus votos caírem de 40.000, em 1958, para 27.000 em 1962, apesar do aumento na participação popular. Por outro lado, a FIDEL alcançou 3,5% dos votos (0,8% a mais do que o PCU recebeu na eleição anterior), sendo o único partido minoritário a crescer percentualmente nesse pleito⁸⁴. Longe de mostrar a plausibilidade da eleição de uma

⁸⁰ Ver tabela 1.

⁸¹ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 20.

⁸² FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 62-63.

⁸³ Dados da *Corte Electoral de la República Oriental del Uruguay*.

⁸⁴ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 22.

candidatura fora dos partidos majoritários, a votação de 1962 confirmou o crescimento gradual e constante que os últimos vinham apresentando desde 1946.

Frente ao resultado positivo – mas ainda longe de ameaçar o bipartidarismo –, o Partido Comunista renovou sua intenção, manifestada várias vezes durante a campanha, de seguir sob a legenda da FIDEL⁸⁵. Por outro lado, tanto devido ao resultado decepcionante quanto a desacordos dentro da *Unión Popular*⁸⁶, a conclusão dos socialistas e de outros movimentos que participaram da UP foi deixar a coalizão e procurar outra alternativa.

Em meio a esse processo, as forças de esquerda organizaram, em 1965, a *Mesa para Unidad del Pueblo*, com o objetivo de encontrar um acordo que permitisse um pacto político e eleitoral progressista e anti-imperialista. Apesar da ampla participação – contando com a FIDEL (que também foi uma das principais apoiadoras da *Mesa*), o Partido Socialista, dirigentes sindicais, universitários e militantes independentes –, a experiência foi mal-sucedida. Jimena Alonso⁸⁷ aponta três principais motivações para isso:

El primero de los acontecimientos fue la exclusividad comunista en la delegación uruguaya a la Conferencia Tricontinental que se realizó en La Habana en 1966 (conflicto que volverá a reeditarse en ocasión de la reunión de la OLAS en 1967) y la segunda la reforma constitucional – denominada “popular” – impulsada por el PCU a través de algunos sindicatos como alternativa a la que promovían los partidos tradicionales. Podríamos agregar como tercer elemento, el problema del lema a utilizar en caso de un eventual acuerdo electoral. El PCU puso el lema del FIDEL a disposición, cuestión que era muy difícil de aceptar por los socialistas, que (...) por varias divisiones internas necesitaban utilizar su propio lema.

Outra dificuldade posta para uma unificação das esquerdas foi a dissidência de vários grupos do PS e do PCU, incluindo os que se organizaram em volta de Raúl Sendic, que fundariam o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T)⁸⁸.

Por sua vez, o Partido Demócrata Cristiano vivenciou a vitória da geração mais jovem e progressista sobre os antigos dirigentes, alguns dos quais chegaram a deixar o PDC para

⁸⁵ Vale destacar que, mesmo coligado com movimentos saídos de outros partidos, o PCU era "a única força com capacidade de decisão na aliança, ficando os outros integrantes quase como testemunhas da atuação dos comunistas". FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 114.

⁸⁶ "Un nuevo hecho se sumó a la ya tensa relación entre el P. Socialista y la U. Popular, dando el golpe de gracia a la debilitada experiencia unionista. La disputada Soares de Lima, desconociendo un acuerdo interno de la UP se negó a renunciar a su banca, para que fuera ocupada por el Socialista V. Trias, y se pasó al 'nardonismo'. (...) De allí en adelante, el Partido Socialista le fue quitando su apoyo al movimiento unionista que tanto había propiciado." NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 37

⁸⁷ ALONSO, Jimena. Uruguayos mirando Chile: El problema de la unidad de la izquierda y el acceso al poder por la vía electoral (1956-1971). *Dissertação de mestrado*. La Plata: FaHCE - UNLP, 2017, p. 61-62. Disponível em: <<https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=tesis&d=Jte1524>>.

⁸⁸ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 39.

fundar o Movimiento Cívico-Cristiano⁸⁹ – enquanto os movimentos à esquerda que haviam deixado o partido antes das eleições de 1962 retornaram. Dessa forma, os democratas-cristãos chegavam às eleições de 1966 mais alinhados à centro-esquerda.

Se, por um lado, a união partidária parecia distante, o movimento sindical protagonizava um processo mais robusto de unificação. Em 1964, foi convocada a primeira Convención Nacional de Trabajadores (CNT), aberta a todos os sindicatos, filiados ou não. Gradualmente, a CNT passou de um organismo com a função de coordenar o sindicalismo uruguaio para, efetivamente, a “legítima e permanente representação dos trabalhadores o que ocorreu ao mesmo tempo em que as centrais já existentes se dissolviam aderindo à convenção, no que eram acompanhadas pelos sindicatos independentes”⁹⁰.

Em 1965, sob a organização da CNT, esses grupos se reuniram no Congreso del Pueblo para definir um programa de soluções para a crise em que o Uruguai se encontrava. Contando com a participação de mais de 700 organizações sociais diversas ("*sindicales, barriales, estudiantiles, profesionales, cooperativas, de jubilados, etc.*"⁹¹), esse teve ampla e intensa discussão na mídia e resultou na formulação de um *Programa de soluciones a la crisis*.

As organizações conseguiram consenso em torno de um documento que

reconhecia a complexidade do momento e entendia que medidas estruturais eram imprescindíveis para enfrentar a crise: reforma agrária, reforma e planejamento industrial, nacionalização dos monopólios, reforma tributária, nacionalização do setor financeiro e investimentos substanciais nas áreas de habitação, educação e previdência social.⁹²

O programa, a declaração de princípios e o estatuto foram aprovados no *Congreso de Unificación Sindical*, em setembro do ano seguinte. Como o nome indica, a partir desse momento, a CNT consolidava-se como a central única dos trabalhadores no país, e seu programa seria extremamente influente na formulação de propostas e estratégias da esquerda uruguaia.

⁸⁹ Idem, p. 39-40.

⁹⁰ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 132.

⁹¹ YAFFÉ, Jaime. *Op. cit.*, p. 241.

⁹² PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, tomo I, p. 263.

A formação da CNT intensificou as tratativas para a união dos partidos de esquerda sob uma frente única – mas, novamente, alcançou uma barreira:

Se o comunismo estipulava condições para a unidade das esquerdas – que todos os participantes se agrupassem sob o lema da FIDEL –, o Partido Socialista também impunha regras que deveriam ser observadas. O PS condicionava seu apoio político à inclusão de todos os pontos de seu programa da Revolução Nacional na plataforma da nova força, não demonstrando qualquer intenção de ceder nesse quesito. Outra novidade era que os socialistas, nem um pouco inclinados a abandonar sua sigla, propunham uma configuração diferente para a aliança política, oposta àquela apresentada pelo PCU. Segundo essa fórmula, cada um dos partidos deveria permanecer tal como se encontrava com seu lema, efetuando-se apenas a somatória de seus votos para os efeitos eleitorais da coalizão.⁹³

Essa discordância, que reflete a disputa entre socialistas e comunistas pela liderança da esquerda no Uruguai, prosseguiu em outras tentativas de unificação, como a *Mesa para Unidad del Pueblo*, mas também sem sucesso⁹⁴. Dessa forma, as esquerdas chegavam às eleições de 1966, mais uma vez, divididas.

O resultado do pleito trouxe o retorno dos *colorados* ao poder sob a chapa Gestido-Pacheco, mas também mostrou que, da maneira como as forças políticas se apresentavam, a disputa continuaria sendo entre os partidos majoritários. Mesmo que os partidos Colorado e Nacional estivessem fragmentados internamente, o sistema de duplo voto simultâneo⁹⁵ ainda garantia um grande número de votos a esses.

Se bem é verdade que a FIDEL cresceu 2,2% – o que, em números absolutos, representa um aumento de quase 50% no eleitorado⁹⁶ –, também era claro que esse número e ritmo de crescimento não seria capaz de fazer frente aos quase 90% alcançados pelos partidos Nacional e Colorado.

⁹³ Como forma de evitar ameaças ao bipartidarismo, a constituição uruguaia permitia essa manobra para lemas que tivessem pertencido a um mesmo partido. FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 148.

⁹⁴ FERREIRA, André Lopes. *Idem*, p. 165.

⁹⁵ Nesse sistema, o eleitor vota tanto em um partido (ou lema) quanto em um sublema, optando por uma das listas dentro desse sublema. REIS, Guilherme Simões; LOPES, Nathália. Uruguai: novo realinhamento partidário ou toda democracia de partidos sólida se desmancha no ar? *DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 65 (2), 2022, p. 4.

⁹⁶ FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. *Banco de Datos de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Área de Política y Relaciones Internacionales*. Disponível em: <<https://cienciassociales.edu.uy/servicios/unidad-de-metodos-y-acceso-a-datos/elecciones/>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

Enquanto os comunistas cresciam, a segunda derrota socialista consecutiva escancarou o fracasso da estratégia do partido: primeiro, na coligação com forças mais conservadoras e, depois, na candidatura própria, levando o nome do Partido Socialista. Por sua vez, os democratas-cristãos entenderam a (leve) queda nos votos como uma indicação de que nem todos os adeptos da *Unión Cívica* estariam de acordo com os novos rumos do partido⁹⁷.

Assim, os preparativos das esquerdas para as eleições de 1971 seriam pautados, novamente, pela temática de união em uma frente ampla. Com o severo agravamento da situação da democracia uruguaia e a união de movimentos de esquerda – por meio da CNT, por exemplo –, a formação da frente mostrava-se tanto mais possível quanto mais urgente.

3.3 A Frente Ampla

Como explicitado no capítulo 3, após a morte de Óscar Gestido (dezembro de 1967), Pacheco Areco assumiu a presidência de um Uruguai em crise e tomou uma série de ações que corroeriam a democracia no Uruguai. Já em sua primeira semana de governo, deu o tom de como seria sua gestão ao decretar o fim do Partido Socialista e de uma série de outras agremiações de esquerda⁹⁸.

Em março de 1968, a CNT tomou a iniciativa de estabelecer o *Movimiento por la Defensa de las Libertades Públicas y la Soberanía*, "*que además de los partidos de izquierda, contó con la adhesión de varios legisladores de los partidos tradicionales, dirigentes sindicales, intelectuales y religiosos*"⁹⁹. Apesar de malograda por uma disputa de opiniões sobre a invasão da União Soviética à Tchecoslováquia (agosto de 1968), Jimena Alonso considera essa experiência, em conjunto com o Congreso del Pueblo (1965) e a unificação sindical sob a CNT (1966), como um antecedente chave para a formação posterior da Frente Ampla (FA).

Mais tarde no mesmo ano, em junho, o governo de Pacheco decretou uma série de Medidas Prontas de Seguridad autoritárias para tentar conter greves de bancários e enfrentamentos com a CNT e o movimento estudantil. Dez dias depois, o deputado Juan Pablo Terra foi às cadeias de rádio e televisão em nome do PDC para pedir união da oposição para dissolver o parlamento e fazer novas eleições legislativas urgentemente. Uma vez que nenhum ator de oposição tinha a força necessária para fazer essa manobra, a sugestão do

⁹⁷ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 62-68.

⁹⁸ BURIANO CASTRO, Ana María. *Op. cit.*, p. 133.

⁹⁹ ALONSO, Jimena. *Op. cit.*, p. 176-177.

partido era uma solução *frentista*, em que os partidos (que, na ideia dos democratas-cristãos, poderiam ter qualquer ideologia, desde que fossem de oposição) deveriam se unir em torno de um programa mínimo¹⁰⁰.

De início, a ideia foi rejeitada por praticamente todos os partidos. A proposta parecia distante demais, enquanto a continuidade das medidas pachequistas parecia improvável. Mas, mesmo com uma avaliação melhor da situação, a iniciativa do PDC esbarrou em alguns obstáculos – a maior parte deles sendo relacionados ao Partido Comunista.

Os comunistas já possuíam sua própria iniciativa de unificação: a FIDEL. Para o PCU, o cenário ideal seria que o PDC se integrasse à Frente Izquierda, ao invés de sair da própria aliança que já liderava para juntar-se a outra. Contudo, para o PDC, "não convinha investir em uma composição política na qual apenas uma das organizações – tanto pior fosse o PCU – tivesse poder decisório"¹⁰¹. Além disso, "por diferentes motivos, todas as propostas de coalizão eleitoral que não partiam do próprio PCU opunham resistência à participação desse grupo"¹⁰².

As negociações permaneceram infrutíferas no ano de 1969 – mas, no final desse ano, um evento importante¹⁰³ para a concretização da Frente Ampla ocorreria no Chile: a formação da Unidade Popular (UP)¹⁰⁴, que, com Salvador Allende, venceria as eleições presidenciais no ano seguinte. A vitória de Allende, mostrando concretamente a possibilidade de uma saída à esquerda pela união, foi um dos grandes catalisadores da Frente Ampla, mas sua campanha inteira foi intensamente acompanhada pelos partidos de esquerda uruguaios¹⁰⁵.

No começo de 1970, o PDC manifestou novamente seu apelo à formação de uma frente de oposição, reiterando-o várias vezes naquele ano. Em julho, a Convenção Nacional

¹⁰⁰ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 197.

¹⁰¹ Idem, p. 208.

¹⁰² FERREIRA, André Lopes. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da Unidade Popular no processo de criação da Frente Ampla. *Perseu: História, Memória e Política*. São Paulo, n° 9, Ano 7, 2013, p. 94.

¹⁰³ Ferreira defende que "embora presentes, a Unidade Popular do Chile, bem como outros exemplos políticos regionais, não devem ser tomados como elementos determinantes no processo de fundação da Frente Ampla". A palavra "importante" é utilizada aqui para refletir a UP como um catalisador dessa iniciativa. FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 235.

¹⁰⁴ "Formada en diciembre de 1969, la coalición denominada Unidad Popular (UP) surgió de una alianza entre el Partido Comunista, el Partido Socialista, disidentes de la Democracia Cristiana (DC), el Partido Radical, el Partido de Izquierda Radical, la Acción Popular Independiente y el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), que propició la adhesión de amplios sectores populares y progresistas." NOBILE, Rodrigo. Unidad Popular. In: SADER, Emir (org.). *Enciclopedia Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/u/unidad-popular>>. Acesso em 24 jul. 2022.

¹⁰⁵ ALONSO, Jimena. *Op. cit.*, p. 24.

do Partido suspendeu a proclamação de candidatos à presidência para as eleições de 1971, na expectativa de conseguir um acordo amplo com outros partidos e movimentos¹⁰⁶.

Não muito após a eleição que consagraria Allende como presidente do Chile – e ao mesmo tempo em que a democracia-cristã chilena começou a negociar seu apoio à Unidade Popular no parlamento¹⁰⁷ –, o PDC começou a estabelecer contato com alguns grupos políticos para estabelecer um grupo inicial visando à formação da Frente Ampla¹⁰⁸. Dias depois, um grupo de cidadãos sem militância partidária, entre eles "personalidades do entorno do semanário *Marcha*, intelectuais e alguns militares", publicou um manifesto pedindo por uma "aliança de 'ação política permanente'"¹⁰⁹.

Pouco a pouco, o movimento frenteamplista foi conseguindo mais adeptos e tornando-se mais viável:

Entre noviembre y diciembre de ese año [1970] se fueron produciendo diversas adhesiones: el Comité Ejecutivo de la Lista 99¹¹⁰ decidió promover en su Convención la separación del Partido Colorado; el Movimiento Socialista; el Movimiento Revolucionario Oriental (MRO); el Movimiento Blanco, Popular y Progresista (MBPP) de Rodríguez Camusso, que se desvinculó del nacionalismo; el Partido Comunista del Uruguay a través de su XX Congreso; el Partido Socialista.¹¹¹

A Frente Ampla tomou forma a partir da definição, do PDC e dos outros partidos e movimentos que compunham a coligação, de que essa seria "sem exclusões" – ou seja, podendo contar com a presença dos comunistas¹¹². Restava definir quais partidos fariam a convocatória, qual seria o programa de governo e quem seria o candidato a presidente.

Temendo a rejeição dos opostos ao PCU, firmou-se (ou impôs-se) que o PDC e a Lista 99 constituiriam a *Frente del Pueblo* e, a partir daí, convocariam os demais partidos e

¹⁰⁶ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 68-69.

¹⁰⁷ "O acesso da Unidade Popular ao poder se deu em um clima tenso e cheio de incertezas, o que mostrava aos entusiastas da experiência no Uruguai o quão delicado era o manejo de uma coalizão dessa natureza. A apertada vantagem de Salvador Allende sobre o segundo colocado nas eleições foi de menos de dois pontos percentuais e já que não houve maioria de votos, o candidato eleito se viu obrigado a negociar com outros partidos a ratificação de sua vitória pelo Congresso Nacional." FERREIRA, André Lopes. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da Unidade Popular no processo de criação da Frente Ampla. *Perseu: História, Memória e Política*. São Paulo, nº 9, Ano 7, 2013, p. 101-102.

¹⁰⁸ ALONSO, Jimena. *Op. cit.*, p. 206-212.

¹⁰⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 286.

¹¹⁰ Setor de esquerda do Partido Colorado.

¹¹¹ Em dezembro de 1970, os partidos que foram declarados ilegais em 1967 puderam voltar à legalidade. NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 69.

¹¹² FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 68.

movimentos a integrarem a Frente Ampla, em que cada um manteria sua identidade, mas participaria de uma frente maior que uma coalizão eleitoral. Também já estava firmado que, um mês depois da convocatória, seria realizada uma reunião para celebrar a fundação da Frente. Nesse meio-tempo, todos os partidos envolvidos deveriam analisar um programa mínimo de 12 pontos (que não era o objetivo máximo de nenhuma organização, mas, de fato, uma plataforma comum de ação) e, no dia do evento, declarar-se parte da iniciativa¹¹³.

Resumidamente, fixaram-se como bases programáticas da FA:

*Su objetivo proclamado fue "la acción política permanente" para el logro de un programa común: plena vigencia de las libertades, derechos y garantías constitucionales y legales; una serie de transformaciones económicas y sociales para superar la crisis, entre las que se incluían la reforma agraria, la nacionalización de la banca, los grandes monopolios y los rubros esenciales del comercio exterior, el fomento del cooperativismo, la reforma radical del régimen tributario (gravando la acumulación de riqueza, el capital improductivo, etc.) y una nueva política de salarios públicos y privados.*¹¹⁴

Embora esse programa mínimo pareça excessivamente ousado, temas como reforma agrária e expropriação de todas as instituições bancárias privadas também apareceram, até mesmo em maior detalhe, no programa eleitoral do *Por la Patria*, sublema do Partido Nacional¹¹⁵.

Resolvido esse ponto, decidiu-se, unanimemente, lançar como candidato unitário à presidência o general Líber Seregni – que ganhou notoriedade pública ao deixar o comando da 1ª Região Militar em 1968 em meio a uma disputa técnica com o ministro da Defesa de Pacheco – e, como vice-presidente, o médico Juan José Crottogini – ex-reitor da *Universidad de la Republica*. A FA também decidiu lançar candidatos únicos para os departamentos e oferecer listas únicas para o Legislativo¹¹⁶.

Oficializada em fevereiro do ano eleitoral, a Frente Ampla tinha somente até novembro para atrair votos para seu projeto, que, apesar de contar com partidos e organizações já estabelecidos, era uma novidade política e precisava difundir seu programa.

¹¹³ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 69; FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 254.

¹¹⁴ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 69-70.

¹¹⁵ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 337.

¹¹⁶ ALONSO, Jimena. *Op. cit.*, p. 178; FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 278-292.

Para tanto, foram criados os Comitês de Base, "centros basistas de aglutinação de adesões organizados nos bairros montevideanos e de outras cidades"¹¹⁷. Por meio de um espaço de discussão (construído no Uruguai e no exterior) que não propunha nenhum tipo de troca¹¹⁸, os Comitês tanto formavam novos quadros – fazendo o debate político chegar a um nível micro – quanto atraíam eleitores de partidos sem espaços efetivos de participação política¹¹⁹.

Além disso, por sua característica frentista, a FA valeu-se de jornais já estabelecidos vinculados aos partidos que a compunham para divulgar suas ideias, além do semanário *Marcha*, extensamente ligado à Frente Ampla¹²⁰.

A estratégia da Frente deu resultados positivos:

Para coroar esse esforço, no 24 de novembro de 1971, a coalizão encerrou sua campanha eleitoral com um comício em que seu candidato, o general Líber Seregni, discursou diante de mais de 200 mil pessoas, fato sem precedentes na história política do país. O bipartidarismo, expressão da hegemonia dos partidos tradicionais, esfriou, a partir desse momento, o maior questionamento da cidadania.¹²¹

Pela primeira vez, o sistema bipartidarista parecia estar em xeque. Mesmo que, a poucos meses das eleições, as pesquisas indicassem uma vitória do Partido Colorado, a margem não era grande – especialmente em Montevideu, com a diferença sendo maior no interior –, a possibilidade de uma eleição da Frente Ampla, assim como do acirramento de tensões entre o MLN-T e o governo, preocupava não apenas os setores da política tradicional uruguaia, mas também os governos do Brasil, Argentina e dos Estados Unidos¹²².

¹¹⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 286.

¹¹⁸ "Os Comitês de Base inovaram em relação à tradição existente de imobilidade política, estimulada pela classe dominante e pelos partidos tradicionais. Estes usavam os Clubes Políticos – espaços abertos pouco antes das eleições e desativados após o pleito – como simples "caça-voto", reforçando velhas práticas clientelísticas e assistencialistas (tramitação de aposentadoria, promessas de emprego, etc)." PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 287.

¹¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 286-288.

¹²⁰ FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011, p. 293.

¹²¹ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 286.

¹²² ENCUESTA Gallup: Ahora está Primero el Frente Amplio. *El Faro*, Canelones, ano 36, n. 1792, p. 1, 27 ago. 1971.

Disponível em: http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/bitstream/123456789/51118/1/Faron1792_0827.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022; DEPARTMENT OF STATE. Memorandum for Mr. Henry Kissinger. Subject: The Uruguayan Elections. Washington, 27 nov. 1971. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc8.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

4. As eleições e a reação brasileira

4.1 A política externa brasileira e o Uruguai

Embora o caminho uruguaio rumo ao autoritarismo tenha sido único, seus vizinhos, juntamente com outros países com os quais divide a América do Sul, já viviam ditaduras de segurança nacional capitaneadas por militares¹²³. O Brasil encontrava-se em uma desde 1964, posteriormente ainda mais radicalizada pelo AI-5, em 1968; a Argentina desde 1966; Peru e Panamá desde 1968; e a Bolívia, em um processo que será abordado mais a fundo nesta seção, desde 1969. Para fins deste trabalho, será dado maior destaque ao Brasil.

Desde o golpe de Estado que deu início à ditadura brasileira, o governo institucionalizou a perseguição aos opositores do regime. Valendo-se de um forte aparato repressivo – amparado legalmente pelos Atos Institucionais, que permitiam ações como cassações em massa e censura (mas que também cometia atividades ilegais, como a tortura) –, o governo construiu um verdadeiro cenário de terror de Estado em sua interminável luta contra o "inimigo interno".

Uma maneira de expandir sua ação contra os opositores foi o exílio de opositores, na tentativa de desarticular esses grupos. Nas palavras de Teresa Marques¹²⁴:

O exílio político foi visto pelo novo governo como uma eficiente maneira de desarticular a oposição ao regime, pois objetivava afastar os principais líderes da oposição, e concomitantemente, servir de exemplo àqueles que se propusessem a ingressar na luta contra a Ditadura Militar. Acreditava-se que o exílio desempenharia com eficácia essa função, haja vista que a própria condição de refugiado/exilado político implica em passar a ser considerado pela lei como um indivíduo “apolítico”. Isto é, a legislação internacional sobre asilo político determina que ações ou declarações que coloquem declarações públicas que possam afetar de alguma forma a segurança do país de origem, devem ser evitadas, sob a pena de perder a qualidade de refugiado que lhe foi concedida e ser expulso do país. Portanto, “o imigrante ‘não-nacional’ e sem direito de residência permanente é por definição [...] excluído do espaço político concebido como espaço jurídico e espaço de interações”.

¹²³ Como o nome sugere, ditaduras de segurança nacional são regimes que se valem da Doutrina de Segurança Nacional – ideologia que legitima a atuação política das Forças Armadas pela ideia de que "as pessoas exercem de fato sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe". A Doutrina desenvolveu-se, dedicando às Forças Armadas o papel de "restaurar a unidade nacional, que estava sendo ameaçada pela 'subversão' e pelo 'perigo comunista'", gerando, assim, um estado de guerra permanente contra um inimigo comum e interno. FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 18; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹²⁴ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa*. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 63. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriousefronteiras/index.php/v03n02>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

Como era conhecido por sua "sociedade com diferenciado amadurecimento de consciência política e sindical, vitalidade das suas instituições e estabilidade democrática"¹²⁵, além de sua tradição de solidariedade com asilados políticos¹²⁶, o Uruguai (especialmente Montevideu) tornou-se importante destino de exilados brasileiros, incluindo o presidente deposto João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Apesar de não estarem mais fisicamente no Brasil, contudo, grande parte dessas pessoas valeu-se do exílio para continuar a luta política e denunciar os abusos da ditadura – muitas vezes utilizando a imprensa para fazê-lo, já que não estavam mais submetidos à censura do governo¹²⁷.

Cabe destacar aqui o semanário *Marcha*. Dirigido por Carlos Quijano, o periódico juntava nomes relevantes da intelectualidade latino-americana e visava realizar um jornalismo opinativo centrado em política e cultura contemporânea. O semanário ficou marcado no final dos anos 1960 e início dos 1970 (antes de ser fechado pela ditadura) pela oposição ao autoritarismo e por seu apelo à população contra a institucionalização da ditadura¹²⁸, com ampla presença de intelectuais como Mario Benedetti e Eduardo Galeano, bem como de brasileiros exilados – seja na função de colunistas, como Paulo Schilling, ou na de entrevistados, como Leonel Brizola e o próprio João Goulart – em suas páginas.

Os órgãos da ditadura entenderam imediatamente esse risco e passaram a pressionar constantemente o Uruguai. Poucos dias após o golpe, o governo do Brasil enviou Jayme de Souza Gomes a Montevideu para obter um compromisso do Conselho de Governo do Uruguai de que os exilados fossem presos ou, no mínimo, fossem mantidos longe da fronteira com o Brasil e "impedidos de conspirar contra a estabilidade política do atual Governo [sic], de buscar impacto para seus planos conspiratórios através de entrevistas à imprensa nacional e estrangeira, declarações pelo rádio ou televisão, ou de outros meios eficazes"¹²⁹.

A falta de um acordo para silenciar seus opositores gerou insatisfação por parte do governo brasileiro, que passou a fazer o controle dos exilados "através dos órgãos civis e

¹²⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 37.

¹²⁶ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 78; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹²⁷ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Op. cit.*, p. 64.

¹²⁸ VILLAÇA, Mariana. O semanário *Marcha*, Carlos Quijano e a configuração de um circuito cultural de resistência no Uruguai (anos 1960-70). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 2, n. 3, p. 257-272, 25 mar. 2019.

¹²⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Instruções ao Ministro Jayme de Souza Gomes em sua missão ao Uruguai*. MRE/DAJ/DAM/1/1964/2, p. 1-2. 11 abr. 1964.

militares de informação, repressão e espionagem", como as Seções de Ordem Política e Social (SOPS)¹³⁰, vinculada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), do Serviço Nacional de Informações (SNI) e Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹³¹.

A presença de forças políticas no Uruguai contrárias à ditadura também era causa de preocupação para o regime devido às prioridades elencadas pela diplomacia brasileira. De início, sob o governo do general Humberto Castelo Branco, a política externa deu um giro expressivo, negando a Política Externa Independente (PEI)¹³² em prol da aceitação da lógica da Guerra Fria como um dos principais determinantes da diplomacia brasileira. Essa ideia é expressada pela doutrina de "três círculos concêntricos" do general Golbery, "que indicava, de dentro para fora, as prioridades brasileiras: Bacia do Prata e América Latina formavam o primeiro círculo, o hemisfério ocidental, incluindo os Estados Unidos, o segundo, e finalmente o resto do mundo compunha o terceiro"¹³³.

Outro conceito importante é o de "fronteiras ideológicas":

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os governos de segurança nacional da América Latina poderiam ajudar-se entre si, caso algum deles estivesse sendo ameaçado por movimentos de orientação comunista. Assim, ganhou força a concepção de "fronteiras ideológicas".¹³⁴

¹³⁰ Cabe notar que essa estrutura das SOPS como "pequenos DOPS" foi incomum no Brasil, sendo o Rio Grande do Sul o único (ou um dos únicos) estados em que funcionaram dessa maneira.

¹³¹ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 81.

¹³² José Brás de Araújo enumera os princípios gerais da PEI: "A política exterior é um instrumento da política de desenvolvimento e fator de projeção do Brasil na cena mundial. O Brasil participa da corrente histórica cristã, evolui em torno dos ideais democráticos e como tal é membro do mundo livre. A partir de uma noção mais clara das possibilidades e responsabilidades, o governo deverá assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente. A posição ideológica do Brasil é ocidental, mas deverá estar condicionada ao seu caráter nacional e a seus legítimos interesses." ARAÚJO, Brás José de. *Política Externa Independente*. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/politica-externa-independente>>.

¹³³ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 450.

¹³⁴ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 19-20.

Com isso, a política externa brasileira passou a ser tratada com um grande grau de interdependência com os EUA, no que alguns autores chamam de "alinhamento automático" vinculado ao apoio para o desenvolvimento econômico¹³⁵. A partir daí, o Brasil também adequou suas relações interamericanas à bipolaridade, o que culminou em uma série de esforços para coletivizar a segurança do continente, direcionando-as nesse sentido. Um bom exemplo dessa política foi o envio de 1.100 soldados para compor a Força Interamericana de Paz (as quais foram comandadas pelo Brasil) para a República Dominicana em 1965, com o objetivo de impedir a recondução do presidente eleito, Juan Bosch – que havia sido deposto por um golpe de Estado em 1963 –, ao poder¹³⁶.

É importante pontuar que esse alinhamento, no que tange à política hemisférica, não era exatamente uma novidade. Ainda em março de 1954, no fim do governo Vargas, o Brasil votou a favor de resolução anticomunista na X Conferência Interamericana da OEA, que afirmava "*el dominio o control de las instituciones políticas de cualquier Estado americano por parte del movimiento internacional comunista (...) constituiría una amenaza a la soberanía e independencia política de los Estados americanos*"¹³⁷. Adrianna Setemy¹³⁸ vai mais além, mostrando que havia uma "tradição de segurança nacional" anticomunista na diplomacia brasileira desde, pelo menos, 1935 – relacionando-se com seus vizinhos para conter o "inimigo interno" no Cone Sul.

Em termos militares, o Brasil aproximou-se da Argentina para a defesa das "fronteiras ideológicas"¹³⁹ – com destaque para o general Juan Carlos Onganía, comandante-em-chefe do Exército que, em 1966, seria o líder do golpe de Estado que derrubaria o então presidente Arturo Roberto Illia. Em meio à greve geral de 1965, que teve alta adesão, os conservadores uruguaios e militares brasileiros e argentinos começaram a tratar essas manifestações como

¹³⁵ VIDIGAL, Carlos Eduardo. DORATIOTO, Francisco. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 131.

¹³⁶ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2011, p. 376.

¹³⁷ OEA. Declaración de solidaridad para la preservación de la integridad política de los Estados Americanos contra la intervención del comunismo internacional. *X Conferência Interamericana*. Caracas, 1954, p. 2.

¹³⁸ SETEMY, Adrianna. Em defesa das fronteiras ideológicas: a secreta diplomacia brasileira e a formação de conexões repressivas entre os países do Cone Sul para o combate ao comunismo. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 29-51. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8317>>. Acesso em: 1 set. 2022.

¹³⁹ Segundo o general Justino Alves Bastos, à época comandante do III Exército: "é hora das velhas doutrinas de política externa serem substituídas, como preceitua o marechal Castelo Branco, por normas mais realistas e objetivas, porque ninguém pode estar tranqüilo [sic] em sua casa quando a casa do vizinho pegou fogo. E aduziu que o chamado princípio de autodeterminação dos povos serviu somente aos comunistas." SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro (a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati)*. São Paulo: Editora Global, 1981, p. 25.

"subversivas", chegando a realizar um acordo entre os últimos para intervir militarmente no Uruguai em caso de continuidade desse movimento¹⁴⁰.

Contudo, "os militares uruguaios (inclusive os setores golpistas), reagiram com veemência contra a ameaça externa", forçando o ministro da Defesa a recusar um convite do comandante do III Exército, e apoiando as denúncias do governo uruguaio contra o Brasil de "violação da fronteira terrestre e do espaço aéreo, seqüestros [sic] de asilados brasileiros e a ação política do embaixador brasileiro, que visou estabelecer condições para a possível intervenção"¹⁴¹. Além disso, a Marinha interrompeu os exercícios conjuntos com a Argentina e "vários coronéis pediram o cancelamento de conferências que seriam proferidas por um oficial argentino no Instituto Militar de Estudos Superiores"¹⁴².

O Uruguai não foi o único país ameaçado pelo governo brasileiro. No contexto do golpe de Estado na Bolívia em 1964, o secretário de Estado assistente, Thomas Mann, chegou a telefonar ao embaixador do Brasil expressando "a confiança em que o governo Castelo Branco agiria a fim de evitar que a Bolívia se abismasse no caos, o que seria contrário aos interesses tanto do Brasil quanto dos EUA" – ou seja, que em meio à confrontação de forças na nação vizinha, seria melhor para os dois países que fosse estabelecida uma ditadura militar no país¹⁴³.

Apesar disso, o envio de tropas à República Dominicana, assim como a preparação de forças para apoiar os EUA na guerra do Vietnã, desgastaram muito politicamente o governo Castelo Branco, que foi forçado a moderar seu discurso internacional. Com efeito, apesar de ainda considerar a realização de uma ação conjunta contra um "caso concreto" de ameaça comunista, sua sucessão pelo general Artur da Costa e Silva deu fim às "fronteiras ideológicas" como política oficial de governo:

Pouco tempo depois da III Reunião do CIES, o general Artur da Costa e Silva sucedeu Castelo Branco e o Brasil anunciou, oficialmente, que a defesa das instituições nacionais contra a subversão cabia, sobretudo, às Forças Armadas de cada país, porquanto, segundo o próprio chanceler José de Magalhães Pinto declarou, a experiência dos últimos anos mostrava o "alto custo" e a precariedade de uma "solução militar" para o problema das

¹⁴⁰ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 90-91; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁴¹ Idem, p. 92.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Triplíce Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 388.

guerrilhas, mesmo quando esforços multinacionais se conjugavam para combatê-las.¹⁴⁴

O governo Costa e Silva foi responsável por um grande ajuste na rota da política externa brasileira. Impulsionado pelo início da *detente* da Guerra Fria¹⁴⁵, o governo recorreu a algumas das bases da Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart – principalmente visando manter-se distante de "oposições automáticas" e de uma política externa construída com base nos interesses do bloco capitalista (sacrificando o conceito de interdependência) –, priorizando o desenvolvimento econômico (no que o próprio Costa e Silva chamou de "diplomacia da prosperidade") e voltando os olhares para a disputa Norte-Sul¹⁴⁶, com o objetivo de fixar-se não apenas como potência regional, mas uma potência global. Assim, a diplomacia brasileira passou a ser pautada pelo projeto desenvolvimentista¹⁴⁷.

Apesar disso, o governo não tinha grande interesse em enfatizar essa política. Moniz Bandeira¹⁴⁸ defende que, seja pela "lembrança do apoio norte-americano ao *Putsch* de 1964, o caráter fortemente anticomunista do regime autoritário e a abertura aos investimentos estrangeiros", seja porque "a sobrevivência do regime implementado pelo movimento militar (...) dependia, em larga medida, da preservação, pelo menos aparente, de sua unidade e continuidade", persistiu a percepção de que o Brasil seria um "satélite privilegiado" dos EUA.

Internamente, o governo Costa e Silva foi marcado por um endurecimento da ditadura, sendo responsável por atos como o AI-5 e a nova Lei de Segurança Nacional, sob as quais esse e os próximos governos se baseariam para intensificar a repressão e o terror de Estado. Foram criados novos órgãos "para a sofisticação e eficácia do aparato repressivo, assim como seu aprimoramento no 'combate à subversão'"¹⁴⁹ – unificados pelo Departamento de

¹⁴⁴ Idem, p. 403.

¹⁴⁵ A *détente* foi um processo de arrefecimento das Guerra Fria iniciado no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Por meio de uma série de acordos e entendimentos, EUA e União Soviética protagonizaram uma "erosão do monolitismo ideológico dos dois blocos" que lideravam. SARAIVA, José Flávio Sombra. *Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias* (1969-1979). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas. Da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 233.

¹⁴⁶ GONÇALVES, William da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 211-246.

¹⁴⁷ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 380-386.

¹⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 410-411.

¹⁴⁹ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 135.

Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) – e a tortura foi institucionalizada, "tornando-se a própria base do poder de Estado"¹⁵⁰.

Mesmo que tivesse abandonado a noção de "fronteiras ideológicas", há de se considerar que o Brasil possui fronteiras físicas com quase todos os outros países da América do Sul. A fronteira com o Uruguai, especialmente, serviu como corredor tanto para os opositores e os "pombos-correios"¹⁵¹ quanto para o aparato repressivo¹⁵². Para um regime que visava eliminar e combater qualquer forma de crítica a si, impedir a ascensão de um governo de esquerda entre seus vizinhos, bem como de um movimento forte contra a ditadura brasileira, também fazia parte de sua segurança interna¹⁵³.

Nesse processo, também fez parte a exportação de aparato repressivo:

Na reelaboração brasileira da DSN, a busca da legitimidade da ditadura deu-se através do desenvolvimento econômico e na segurança interna, sendo interessante constatar que o ápice desses dois elementos legitimadores ocorreu nos "anos de chumbo". Assim, a qualificação e a quantificação da metodologia repressiva interna somaram-se à política externa da ditadura, transformando-se em ações de interferência direta do Brasil em outros países e também de exportação de técnicas repressivas, a fim de combater governos e movimentos considerados hostis aos seus projetos de expansão ideológica e econômica.¹⁵⁴

Com o afastamento de Costa e Silva, que sofreu um derrame no último dia de agosto de 1969, os ministros militares destituíram seu vice, Pedro Aleixo, que era civil e foi o único a votar contra o AI-5 no Congresso Nacional, e instituíram uma junta de governo. Foi nesse período que a atuação da luta armada brasileira contra a ditadura – que intensificou-se desde 1967 com os assaltos a banco promovidos pela Aliança Libertadora Nacional (ALN)¹⁵⁵ –, atingiu um ponto crítico: o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Elbrick.

¹⁵⁰ ALVES, Maria Helena Moreira *apud* FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 135.

¹⁵¹ Brasileiros que cruzavam a fronteira Brasil-Uruguai para prover informações aos exilados e traziam instruções de volta.

¹⁵² FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 93-98.

¹⁵³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 409.

¹⁵⁴ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 141-142.

¹⁵⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 60.

Elbrick havia chegado ao Brasil no início de julho de 1969 em meio a tensões entre o governo brasileiro e o estadunidense, especialmente após o decreto do AI-5, com a incerteza de como seria a nova política dos EUA para o Brasil e a América Latina sob Richard Nixon, que assumiu a presidência do país no início do ano. Menos de um mês desde sua primeira declaração pública em terras brasileiras, foi sequestrado por membros da ALN e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que divulgaram um manifesto revolucionário em rede nacional e exigiram a libertação de 15 presos políticos em troca do embaixador. Com receio das repercussões no caso da repetição do incidente na Guatemala no ano anterior, quando o embaixador estadunidense John Mein foi assassinado durante um sequestro, a ditadura resolveu ceder às exigências do grupo e o embaixador foi liberto¹⁵⁶.

Como tentativa de demonstrar controle da situação, o governo intensificou e deu maior sofisticação à repressão aos grupos de luta armada¹⁵⁷. Essa tendência seria continuada fortemente com a condução do ex-diretor do SNI, Emílio Garrastazu Médici, à presidência. "Amigo e conselheiro de confiança de Costa e Silva, Médici (...) levou à conclusão lógica o fechamento político, a sistematização repressiva e a aceleração do crescimento iniciados nos dois últimos anos da década de 1960"¹⁵⁸.

O sequestro de Elbrick não foi um fato isolado nem em questão de tempo, nem de espaço. Em março de 1970, o cônsul japonês Nobuo Okuchi foi sequestrado por membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e, em junho, foi a vez do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. Por sua vez, o sequestro de membros de corpos diplomáticos estrangeiros também foi uma ferramenta utilizada pela luta armada no Uruguai, ocorrendo com maior frequência desde 1968.

É nesse contexto que, no último dia de julho de 1970, os tupamaros sequestraram o cônsul brasileiro no Uruguai, Aloysio Dias Gomide, como parte do "Plano Satã", sob o qual o MLN-T também sequestrou um juiz uruguaio e o chefe da missão policial dos EUA, Dan Mitrione. Os tupamaros pediram a soltura de todos os seus integrantes presos (cerca de 150 pessoas) como resgate, certamente como tática de negociação. Porém, diferentemente da postura adotada pelo governo do Brasil, o Pachecato se recusou a negociar com o MLN-T, resultando na atípica situação de um cárcere de 209 dias para o diplomata brasileiro. A pressão dos governos brasileiro e estadunidense – que concluíram que não poderiam ser muito

¹⁵⁶ RESENDE, Pâmela de Almeida. "Quatro dias em setembro": o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick e as negociações entre Brasil e Estados Unidos. *Tempo* [online]. V. 28, n. 1, 2022, p. 45-63. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280103>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ RICUPERO, Rubens. *Op. cit.*, p. 459.

enfáticos, pois uma possível queda de Pacheco resultaria no fortalecimento da guerrilha – não foi suficiente, cabendo à esposa de Gomide conduzir as tratativas¹⁵⁹.

Em questão de política externa, Médici deu continuidade, em linhas gerais, às diretrizes da diplomacia de Costa e Silva. Uma das principais diferenças da "diplomacia do interesse nacional" de Médici para a "diplomacia da prosperidade" de Costa e Silva foi o entendimento de que o caminho do desenvolvimento deveria ser percorrido individualmente pelos países, e não coletivamente, dando maior enfoque às relações bilaterais¹⁶⁰.

O maior fator de aumento de tensão na América Latina durante o governo Médici, contudo, foi a eleição de Salvador Allende, da Unidade Popular, em setembro de 1970. Seja para os estadunidenses ou para os conservadores latino-americanos, a chegada de um marxista ao poder representava uma ameaça grande à segurança latino-americana. No Brasil, a notícia preocupava também pela instabilidade política que Uruguai e Bolívia estavam passando¹⁶¹.

A partir daí, também entra em cena outro conceito: a teoria do cerco. Segundo essa, o território brasileiro seria cercado por governos de esquerda, "inimigos não do estabelecimento militar nem do Brasil, mas da civilização cristã"¹⁶². Com o Chile sendo o primeiro a cair, os demais países seguiriam, rodeando o país. Dada a impossibilidade de se guarnecer todas as suas fronteiras, restaria à ditadura preparar-se para a guerra preventiva – travada, inicialmente, no campo diplomático, para, só em casos inevitáveis, tornar-se uma batalha física¹⁶³.

Em 1969, a Bolívia passou por uma mudança de governo quando o general René Barrietos, que ascendeu ao poder por um golpe em novembro de 1964, faleceu em um acidente de helicóptero. No ano seguinte, o general Juan José Torres foi eleito com um projeto inspirado pelo nacionalismo peruano – com um desenvolvimentismo crítico aos EUA¹⁶⁴ –, mas a realização da Assembleia Popular, órgão paralelo ao governo formado pelas esquerdas, mas sem braço armado, fez com que seu governo caísse menos de 10 meses após seu início:

¹⁵⁹ FREDERICO, Fabio Rocha. *Política externa e guerrilha no Cone Sul: o "Plano Satã" e o sequestro do diplomata brasileiro Aloysio Mares Dias Gomide*. Brasília: FUNAG, 2020.

¹⁶⁰ GONÇALVES, William da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Op. cit.*, p. 224-229.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² FERREIRA, Oliveiros S. II – A teoria do cerco. In: NASSER, Reginaldo Mattar (org.). *A crise da política externa: Autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 66.

¹⁶³ Idem, p. 65-70.

¹⁶⁴ "Em novembro de 1969 Torres critica as diretrizes da política de defesa continental praticada pelos Estados Unidos (baseada no aniquilamento da guerrilha e na repressão dos movimentos populares e de esquerda) e propõe uma nova política baseada no desenvolvimento socioeconômico dos países latino-americanos, afundados no atraso e na miséria; os militares jogariam um papel fundamental nesse processo, sobretudo redefinindo o conceito de defesa nacional: a defesa continental não deveria contradizer a defesa dos recursos naturais nacionais diante da voracidade dos monopólios estrangeiros." GIL, Aldo Duran. O caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembleia Popular na Bolívia (1970-1971). *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 18, n. 32, jan./jun. 2014, p. 183.

A Bolívia, onde a convocação da Assembléia Popular, em fins de 1970, parecera aos militares brasileiros um [sic] tentativa de formação de um soviete, recebeu a primeira estocada. A Casa Militar do presidente Garrastazu Médici, chefiada pelo general João Batista Figueiredo, ofereceu aos adversários do governo do general Juan José Torres, através do ex-coronel Juan Ayoroa, dinheiro, armas, aviões e até mercenários, bem como permissão para instalar áreas de treinamento perto de Campo Grande (Mato Grosso) e em outros locais próximos da fronteira. E o golpe de Estado, deflagrado, finalmente, pelo general Hugo Banzer, contou com aberto apoio logístico do Brasil, cujos aviões militares, sem ocultar as insígnias nacionais, descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército, comandado pelo general Humberto Melo, estacionavam em Mato Grosso, prontas para intervir na Bolívia (onde alguns destacamentos penetraram), se necessário fosse.¹⁶⁵

Com a "resolução" da situação boliviana, os olhos da ditadura se voltavam às eleições de 1971 no Uruguai, onde, do ponto de vista dos militares, não havia distinção clara entre o MLN-T e a Frente Ampla.

4.2 A Operação Trinta Horas e reações à Frente Ampla

Se, por um lado, a vitória de Allende foi um forte fator motivador para a formação da Frente Ampla, passando a mensagem importante de que era possível chegar ao poder pela união das esquerdas – embora o PDC tivesse suas reservas sobre o predomínio marxista da UP¹⁶⁶ –, ela também foi um grande fator de preocupação para Argentina, EUA e Brasil.

Se impedir a ascensão de um novo governo de esquerda já era uma prioridade no restante da América Latina, maior ainda era a importância de se prevenir que a FA vencesse em território tão perto, no que alguns autores chamam de *Buffer State*¹⁶⁷ entre Brasil e Argentina – e, provavelmente como uma das principais razões, pensando nas conexões entre guerrilheiros entre o Uruguai e seus vizinhos.

A pesquisa Gallup, monitorada pelo Departamento de Estado dos EUA, mostrava que a FA tinha grande penetração em Montevidéu, se aproximando, quase sempre, dos 23%. Apesar disso, uma vitória frentista no interior era improvável, com uma margem de 10% dos

¹⁶⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 416-417.

¹⁶⁶ FERREIRA, André Lopes. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da Unidade Popular no processo de criação da Frente Ampla. *Perseu: História, Memória e Política*. São Paulo, nº 9, Ano 7, 2013, p. 93-114.

¹⁶⁷ "In summary, a country with buffer state status is the result of two powerful states desiring a stable or neutral zone located between them. The buffer serves to keep the peace by functioning as a physical barrier between the potential combatants." CHAY, John; ROSS, Thomas E. *Buffer States in World Politics*. Londres e Nova York: Routledge, 2018, p. 25.

dois partidos tradicionais sobre a Frente – o que, na prática, tornava inviável uma vitória nacional da FA.

	Dez/70	Jan/71	Fev/71	Mar/71	Abr/71	Mai/71	Jun/71	Jul/71	Ago/71
P. Colorado	29	28	26	28	26	24	21	22	23
Frente Ampla	27	24	20	22	20	25	23	25	21
P. Nacional	19	16	16	15	15	17	13	16	15
Outros	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Indecisos	20	26	33	31	34	25	24	22	22
Sem Resposta						6	15	9	14
Não Elegíveis ¹⁶⁹	5	6	5	4	5	3	4	5	4

	Jun/71	Ago/71
Partido Colorado	28	29
Frente Ampla	18	16
Partido Nacional	18	26
Outros	-	1
Indecisos	24	15
Sem Resposta	11	12
Não Elegíveis	1	1

Com essas informações em mente, o Departamento de Estado dos EUA indagou a suas embaixadas no Brasil e Argentina quais seriam as ações tomadas por esses governos quanto a

¹⁶⁸ Reprodução dos dados contidos em: AMERICAN EMBASSY IN MONTEVIDEO. [Telegrama] out. 71, Montevideu [para] SECRETARY OF STATE, Washington. 5p. Current developments in Uruguayan political campaign. Disponível em:

<<http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2013/07/POL-14-ELECTIONS-URUGUAY-1971.pdf>>.

Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁶⁹ Tradução livre de "Not Qualified to Vote".

¹⁷⁰ Idem à nota 149.

três cenários de preocupação: vitória da Frente Ampla nas eleições presidenciais; desempenho eleitoral forte da FA, mas sem vencê-las; e avaliação pré-eleitoral mostrando que a Frente avançava nas pesquisas¹⁷¹.

A resposta da embaixada dos EUA em Buenos Aires foi que a Argentina – que já havia enviado ajuda econômica, treinamento e auxílio anti-subversivo e "equipes de interrogatório" ao Uruguai como forma de frear as atividades da esquerda uruguaia – não tinha interesse em participar de uma intervenção conjunta com o Brasil no Uruguai, pelo receio do general Alejandro Lanusse, ditador argentino, das repercussões ao ataque. Apesar disso, o governo da Argentina já prometia assistência material e financeira para que Pacheco desse um autogolpe em caso de vitória da FA para impedir a posse dos vencedores¹⁷².

Por sua vez, o Brasil já havia se adiantado. No dia 23 de julho de 1971, o semanário *Marcha* estampava em sua capa o título “*Otra vez la Cisplatina - Brasil amenaza con la invasión*”. A coluna, do brasileiro exilado Paulo Schilling, desdobrava um informe militar secreto enviado do Rio a Buenos Aires, que detalhava uma invasão brasileira ao Uruguai. Segundo Schilling, a operação se basearia em cinco pontos:

1. As Forças Armadas uruguaias não possuiriam força o suficiente para neutralizar ou retardar uma invasão brasileira, e o povo uruguaio não estava pronto para oferecer uma resistência massiva;
2. A guerrilha poderia até provocar transtornos, mas não teria condições de responder à altura das forças brasileiras “em pé de guerra”;
3. As opções uruguaias seriam apenas duas: a vitória da Frente Ampla ou a vitória de um dos partidos tradicionais, o que implicaria numa maior ação dos tupamaros. Qualquer uma dessas duas opções seria perigosa o suficiente para justificar uma invasão;
4. O Brasil precisaria urgentemente se expandir, e a invasão poderia ser benéfica aos dois países, uma vez que os brasileiros poderiam socorrer econômico-socialmente os uruguaio;
5. O plano destaca também um sentimento generalizado anti-portenho do uruguaio médio, o que a curto e longo prazo beneficiaria a estratégia do Itamaraty¹⁷³.

¹⁷¹ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. [Telegrama] 20 ago. 1971, Washington [para] EMBAIXADA DOS EUA EM MONTEVIDÉU; EMBAIXADA DOS EUA NO RIO DE JANEIRO, 2p. Sem assunto. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/indexesp.html>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁷² AMERICAN EMBASSY IN BUENOS AIRES. [Telegrama] 27 ago. 1971, Buenos Aires [para] SECRETARY OF STATE, Washington. 3p. Uruguayan situation. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/indexesp.html>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁷³ SCHILLING, Paulo. *Op. cit.*, p. 61-62.

Com o objetivo de evitar reações da Organização dos Estados Americanos (OEA) e/ou da Organização das Nações Unidas (ONU), o plano brasileiro era invadir e eliminar qualquer resistência em até 30 horas, o que rendeu-lhe o nome de "Operação Trinta Horas"¹⁷⁴, caso a Frente Ampla vencesse as eleições¹⁷⁵.

A existência da Operação seria corroborada pelo coronel Dickson Graef em seu livro de memórias:

De acordo com Graef, o comandante do III Exército, o general Breno Borges Fortes, teria se deslocado pessoalmente para assistir aos exercícios das unidades que haviam sido convocadas para a invasão do Uruguai. Estas estavam preparadas para, a qualquer momento, serem deslocadas rumo à fronteira; aguardavam nos quartéis o resultado das eleições de 1971¹⁷⁶.

Por sua vez, em entrevista a um programa de televisão gaúcho, o general Ruy de Paula Couto, que foi agregado militar na embaixada brasileira em Montevidéu entre 1967 e 1969 e chefe do Estado-Maior do III Exército, acabou confirmando que Pacheco solicitou ajuda ao Exército brasileiro:

O depoimento do militar brasileiro, em 2007, confirmou algo que se suspeitava desde aquela conjuntura: o governo Pacheco Areco teria pedido auxílio à ditadura brasileira, solicitando apoio militar e ajuda na reforma dos serviços de inteligência. Dessa forma, o general Médici o teria enviado a Montevidéu para cuidar da situação com o ministro da Defesa. O acordo entre os dois governos implicava que o Exército uruguaio enviasse oficiais para serem treinados em Porto Alegre, tomando contato, então, com a oficialidade do III Exército do Brasil. Assim, o general Ruy de Paula Couto afirmou que o Exército uruguaio agiria conjuntamente com o Exército brasileiro para impedir que o *Frente Amplio* assumisse a presidência no Uruguai. Cabe registrar que tais palavras não foram censuradas nem desmentidas pelos governos e Forças Armadas de ambos os países.¹⁷⁷

É importante destacar, porém, que a embaixada dos EUA no Brasil não considerava provável que fosse realizada uma operação ostensiva em caso de vitória da FA, mas, ao invés

¹⁷⁴ O coronel Dickson Graef refere-se ao plano como Operação Charrua, que teria sido o nome como essa chegou aos quartéis.

¹⁷⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Operación 30 Horas: el Uruguay y las fronteras ideológicas de la dictadura brasileña. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. *Anais eletrônicos*. Universidade de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007, p. 1.

¹⁷⁶ FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*, [S. l.], v. 1, n. 18, 2011, p. 168. Disponível em: <<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/356>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁷⁷ Idem, p. 169.

disso, deveriam fazer grande pressão, além de fornecer auxílio, para que Pacheco e as forças armadas do país realizassem um autogolpe¹⁷⁸. Apesar disso, a embaixada do Uruguai nos EUA não considerava essa possibilidade improvável:

He [Héctor Luisi, embaixador do Uruguai nos EUA] referred, without being specific, to "conjectures" about "diplomatic consultations" about Uruguay involving Brazil.

Luisi went on to talk about Itamaraty's inability to control the Brazilian military, the great sensitivity of the III Army in Rio Grande do Sul to developments in Uruguay, and the Brazilian military's concern about Brizola's and Goulart's activities in Uruguay. From time to time Brazilians (and in this context he seemed to refer to the Brazilian military) enter Uruguay up to a distance of a hundred miles from the border "to pick up one of their people or one of ours." (...)

Luisi is convinced that Brazilian military movement into Uruguay – he did not specify a time frame (i.e., either pre or post-election) – would be the best way of sending Uruguay along the Chilean and Bolivian route, via the Frente Amplio (...).¹⁷⁹

O embaixador ainda aproveitou para perguntar se, caso o momento fosse certo, o governo uruguaio poderia pedir aos EUA que se manifestasse em seu favor para pedir a redução da movimentação de tropas brasileiras na fronteira.

Em outra frente, no dia 30 de julho, o Brasil voltaria a ser assunto de *Marcha*, em que um editorial do jornal destrinchava um discurso do chanceler Gibson Barboza, relacionando-o à construção de mais de 27.000km de estradas direcionadas ao Uruguai, e criando hipóteses. Talvez com certa dose de exagero, o editorial afirma que, “segundo fontes bem-informadas”, o Uruguai passava a ser o centro das preocupações do Itamaraty, que tentava consolidar uma frente antiguerrilheira no continente – contendo assim o avanço tupamaro ou uma “esquerdização” do país se a FA vencesse¹⁸⁰. Além disso, o Brasil, que já vinha exportando sua organização repressiva, bem como enviando torturadores ao Uruguai para cooperar com o aparato uruguaio, também contribuiu com "a entrega de armamento e explosivos à extrema-direita uruguaia"¹⁸¹.

¹⁷⁸ STEDMAN, William P. [*Telegrama*] 7 set. 1971, [para] CRIMMINS, John H, 3p. Highlights of Recent Developments in Argentina, Uruguay, and Paraguay. Disponível em: <<http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2013/07/POL-BRIEFING-PAPERS-URUGUAY-1971.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁷⁹ CRIMMINS, John H. [*Memorando*] Uruguay's Concern About Brazil. 12 ago. 1971, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2013/07/POL-2b-ARGENTINA-AND-BRAZIL-URUGUAY-71.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2022. Grifo no original.

¹⁸⁰ LA SOMBRA DE LA CISPLATINA: URUGUAY Y BRASIL. *Marcha*, Montevideu, ano XXXIII, n. 1554, 30 jul. 1971, p. 7.

¹⁸¹ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 333.

Por sua vez, a embaixada dos EUA em Montevidéu percebeu que a vitória nacional da FA era muito improvável, mas que era possível que a Frente vencesse em Montevidéu – sendo o cargo de prefeito dessa cidade considerado o segundo posto mais importante do país. Conquistá-lo daria uma chance muito maior à Frente de manter-se enquanto organização política coesa e viável¹⁸². Assim, a embaixada elaborou uma série de ações de econômicas, políticas e psicológicas, tanto ostensivas quanto secretas, a serem realizadas somente pelos EUA ou em colaboração com Argentina e Brasil, para contrabalancear os esforços da Frente Ampla¹⁸³.

Com a movimentação intensa de Brasil, Argentina e Estados Unidos, a pesquisa às vésperas das eleições apontava para o cenário previsto pela embaixada em Montevidéu alguns meses antes: a vitória de Líber Seregni para a presidência era quase impossível, mas a FA ainda tinha números próximos aos do Partido Colorado na capital.

4.3 As eleições de 1971

Embora tivesse encomendado uma série de medidas "eleitoreiras", "como a criação de novos cargos públicos, aumentos salariais e de pensões, controle de preços da cesta básica, etc."¹⁸⁴, incluindo uma reposição salarial maior do que a esperada, de 27,2%, era certo que Pacheco não conseguiria aprovar a emenda à Constituição que lhe garantiria a reeleição. Mesmo assim, o Partido Colorado liderava as pesquisas, com uma chapa de Pacheco com seu ministro da Agricultura, Juan María Bordaberry, à frente – e, em caso de derrota da reforma constitucional, Jorge Sapelli como vice de Bordaberry. Os *colorados* também possuíam quatro outras chapas para a disputa presidencial – o que, pelo sistema eleitoral, acabava favorecendo a chapa Pacheco-Bordaberry.

Enquanto isso, o Partido Nacional lançou duas chapas: uma reformista, de "Wilson Aldunate e Carlos Julio Pereyra, que representava uma guinada mais progressista no partido; e uma conservadora, com o general da reserva e representante do "núcleo duro" Mario Aguerredondo encabeçando a chapa. Aldunate tentou colocar-se como contraponto às

¹⁸² EMBAIXADA DOS EUA EM MONTEVIDÉU. [Ofício] 25 ago. 1971, [para] DEPARTAMENTO DE ESTADO, 18p. Transmission of a Preliminary Analysis and Strategy Paper – Uruguay. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/indexesp.html>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁸³ STEDMAN JR., William P. [Carta] 11 nov. 1971, [para] ADAIR JR., Charles, 1p. Sem assunto. Disponível em: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2013/07/POL-1-GENERAL-POLICY_BACKGROUND-URUGUAY-71-Primera-parte.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁸⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 307.

medidas autoritárias pachequistas, ao mesmo tempo que propunha uma reforma agrária e a nacionalização do sistema financeiro¹⁸⁵.

Por sua vez, as esquerdas participavam do pleito com a chapa única do general Líber Seregni e o dr. Juan Crottogini, sob a legenda do PDC, que representava a Frente Ampla. Colocando-se como a "*única opción de cambio*", a FA "sofreu forte campanha orquestrada pelos setores conservadores dos partidos tradicionais, um anticomunismo visceral acompanhado pela ação impune parapolicial contra seus militantes e Comitês de Base"¹⁸⁶.

As eleições de 1971 também contaram com outros fatores atípicos, como a obrigatoriedade do voto – que, apesar de já ser imposta por lei, agora tinha sanções a quem deixasse de votar –, o voto dos soldados em linha e, sendo provavelmente o fator mais importante para fins deste trabalho, a movimentação de tropas brasileiras na fronteira com o Uruguai¹⁸⁷.

Tabela 5 – Últimas pesquisas eleitorais (nov. 1971) (%)¹⁸⁸				
<u>Pesquisa Gallup</u>				
	P. Colorado	P. Nacional	FA	Outros
Montevideu	39,3	26,0	33,2	1,5
Interior	41,3	40,0	17,1	1,6
Total	40,5	34,0	24,0	1,5
<u>Pesquisa do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas do Uruguai</u>				
Montevideu	40,0	25,7	34,3	-
Interior	43,5	45,5	12,0	-
Total	42,8	36,2	21,0	-

¹⁸⁵ NAHUM, Benjamin *et al. Op. cit.*, p. 74.

¹⁸⁶ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 307.

¹⁸⁷ NAHUM, Benjamin *et al. Op. cit.*, p. 72.

¹⁸⁸ Fonte: ELIOT, Theodore L. [Memorando] 27 nov. 1971, [para] KISSINGER, Henry, 5p. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/indexesp.html>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Tabela 6 – Resultado das eleições presidenciais de 1971 (%)¹⁸⁹	
Partido Colorado	39,8%
Partido Nacional	39%
Frente Ampla	17,8%
Votos Brancos/Nulos	2,9%
Outros Partidos	0,5%

Tabela 7 – Resultado das eleições departamentais de 1971 em Montevideu (%)¹⁹⁰	
Partido Colorado	40,4%
Partido Nacional	39%
Frente Ampla	17,8%
Votos Brancos/Nulos	2,9%
Outros Partidos	0,5%

Com um percentual de participação recorde¹⁹¹, Wilson Aldunate sagrou-se o candidato mais votado, mas, pelo sistema de duplo voto simultâneo, o Partido Colorado foi declarado vencedor. Apesar disso, a proposta de reforma constitucional, de fato, não foi aprovada, sendo Bordaberry, afinal, o candidato vencedor.

Nos dias que se seguiram, houve uma série de denúncias de fraude por parte do Partido Nacional – desde a afirmação de que havia mais votos que eleitores até problemas sobre a custódia das urnas. Contudo, a Corte Eleitoral declarou oficialmente, em fevereiro, a vitória de Bordaberry. O general Seregni, contudo, manifestou-se contra essa tese no início dos anos 2000, atribuindo as irregularidades ao mecanismo de votar juntamente com o plebiscito¹⁹².

¹⁸⁹ Fonte: *Banco de Datos de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Área de Política y Relaciones Internacionales*. Disponível em: <<https://cienciassociales.edu.uy/servicios/unidad-de-metodos-y-acceso-a-datos/elecciones/>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

¹⁹⁰ Idem. Pelo sistema de duplo voto simultâneo, é de se esperar que os resultados sejam, de fato, muito parecidos.

¹⁹¹ Padrós afirma que 97% dos habilitados votaram, enquanto Nahum *et al.* trazem a cifra de 88,6%.

¹⁹² PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 312.

O resultado das eleições acabou mostrando um Partido Colorado mais conservador, um Partido Nacional mais progressista e uma Frente Ampla possível. Afinal, mesmo com um desempenho aquém do que as pesquisas indicavam, a FA teve o melhor desempenho eleitoral de um partido não-tradicional da história do Uruguai. Apesar disso, o resultado trouxe um outro reflexo: *"una peligrosa situación de "empate" entre las tendencias autoritarias y democráticas que culminaría cuando las primeras recorrieran el camino del golpe de Estado"*¹⁹³.

¹⁹³ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 78.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado abaixo do esperado obtido pela Frente Ampla trouxe uma sensação de "trabalho bem feito" para o governo brasileiro. No contexto de uma visita de Médici aos Estados Unidos, em dezembro de 1971, o próprio presidente estadunidense Richard Nixon afirma que o ditador "*helped a little bit there*"¹⁹⁴. Duas semanas depois, ao receber o primeiro-ministro britânico, Nixon é ainda mais explícito: "*Our position [sobre a situação em Cuba] is supported by Brazil, which is after all the key to the future. The Brazilians helped rig the Uruguayan election.*"¹⁹⁵

O governo Bordaberry deu continuidade às medidas de seu antecessor. Com o enfrentamento com o MLN-T mais acirrado, o Exército "*unificó su mando, cubrió a todo el país, reforzó la tortura, creó un clima de guerra a través de comunicados radiales y de prensa, no reconoció ninguna autoridad que no fuera la suya*"¹⁹⁶, derrotando o líder dos tupamaros ao final de agosto de 1972. Com as Forças Armadas conduzindo a luta antissubversiva e com a justificativa ideal para desconhecer as instituições, o Uruguai estava no que alguns autores consideram a segunda fase (a primeira sendo o governo de Pacheco) do processo que levou ao golpe de Estado de 27 de junho de 1973¹⁹⁷, levando a uma ditadura que duraria até 1985.

Dessa forma, voltando à pergunta principal deste trabalho, entende-se que a inquietação com a atividade política dos exilados e a eleição de Salvador Allende no Chile, acompanhada da difusão do projeto da via chilena para o socialismo – além das preocupações contra o "inimigo interno" e o comunismo que vêm junto com a Doutrina de Segurança Nacional, direcionadas, nesse caso, ao MLN-T –, foram fatores fundamentais para uma reação forte por parte do Brasil. Apesar do resultado aquém do esperado, a Frente Ampla, de fato, possuía uma chance real de crescimento nas pesquisas e vitória à época da concepção da Operação Trinta Horas e de outras ações antissubversivas elaboradas pelo país. Mesmo com o

¹⁹⁴ Há registro da conversa de Nixon com seu secretário de Estado, William Rogers, no documento 11 do *National Security Archive*. THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. NIXON: "BRAZIL HELPED RIG THE URUGUAYAN ELECTIONS," 1971 | National Security Archive Electronic Briefing Book No. 71. 2002. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/>>. Acesso em: 10/11/2020.

¹⁹⁵ KISSINGER, Henry A. [*Memorando*] The President's Private Meeting with British Prime Minister Edward Heath. 20 dez. 1971, p. 2. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc15.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹⁹⁶ NAHUM, Benjamin *et al.* *Op. cit.*, p. 82.

¹⁹⁷ Idem, p. 83-92.

início da campanha e as ações de Brasil, Argentina e EUA, a última pesquisa eleitoral ainda registra uma possibilidade de vitória da FA em Montevideú.

Também julgo importante deixar algumas inconclusões neste texto. Embora a maioria da literatura pense na Operação Trinta Horas como um plano para o caso de a Frente vencer as eleições nacionais, há de se perguntar se ele também não existia para impedir a posse de um prefeito de Montevideú frenteampalista. Além disso, embora pareça claro que a possibilidade de uma invasão era real – seja pela movimentação de tropas na fronteira ou pelo pedido do embaixador uruguaio nos EUA para que, se preciso fosse, o Departamento de Estado pedisse ao Brasil que recuasse¹⁹⁸ –, causa estranheza que a embaixada dos Estados Unidos em Brasília não a considerasse provável.

Rodeado por países sob ditaduras de segurança nacional controladas por militares, e com seu processo autoritário próprio, o destino uruguaio parecia inevitável. Os esforços postos pela ditadura brasileira para produzir um verdadeiro clima de terror no Uruguai contribuíram para passar uma mensagem clara: o apoio popular não era suficiente para a ascensão de um governo de esquerda na América do Sul.

¹⁹⁸ Citado na p. 46 deste trabalho.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Jimena. Uruguayos mirando Chile : El problema de la unidad de la izquierda y el acceso al poder por la vía electoral (1956-1971). *Dissertação de mestrado*. La Plata: FAHCE - UNLP, 2017. Disponível em: <<https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=tesis&d=Jte1524>>. Acesso em: 13/3/2022.

ARIAS, Cecilia. Gobiernos reformistas en Uruguay 1947-1958: ¿profundización de la democracia en los inicios de la Guerra Fria? *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* (online), 5 out. 2018.

BAKLANOFF, Eric N. Os Problemas Econômicos do Uruguai, em Perspectiva Histórica: O Declínio do Primeiro “Welfare State” da América do Sul. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 149-165, jul. 1970. Disponível em: <bit.ly/38BzPWz>. Acesso em 10/11/2020.

BUQUET, Daniel; CHASQUETTI, Daniel. Presidential Candidate Selection in Uruguay, 1942 to 2004. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (eds.). *Pathways to Power: Political recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008, p. 316-341. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266408376_PRESIDENTIAL_CANDIDATE_SELECTION_IN_URUGUAY_1942-1999>. Acesso em: 28/2/2022.

BURIANO CASTRO, Ana María. Uruguay 1968: una nueva mirada histórica cuarenta años después. *Historia Actual Online*, n. 19 (Primavera, 2009), 129-138.

CABRAL, José Pedro Cabrera. “Frente Amplio”: contexto político uruguaio em 1971. In: ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. *Anais*.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 157-176, 2011. Disponível em: <<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/356>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERREIRA, André Lopes. A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). *Tese de doutorado*. Assis: UNESP, 2011.

FERREIRA, André Lopes. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da Unidade Popular no processo de criação da Frente Ampla. *Perseu: História, Memória e Política*. São Paulo, nº 9, Ano 7, 2013, p. 93-114.

FERREIRA, André Lopes. O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos tupamaros com a Frente Ampla no início dos anos 1970. *OPSI*, Catalão, v. 12, n. 2, p. 308-325, jul./dez. 2012.

FERREIRA, Marieta de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia

do Brasil. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 80-108.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

GADEA, Carlos A. El Estado y la izquierda política en el Uruguay: la recuperación de la “matriz institucional”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 33, n. 96, 2018.

GERARDO, Caetano. *Historia mínima de Uruguay*. Montevidéo: Linardi y Risso, 2019.

GONÇALVES, William da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 211-246.

KIERSZENBAUM, Leandro. “Estado peligroso” y Medidas Prontas de Seguridad. *Contemporánea: Historia y problemas del siglo XX*, vol. 3, n. 3, 2012.

MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973, p. 380.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. Identidad nacional en el Uruguay del centenario, 1919-1930: disputa por el "verdadero" lugar de la memoria. *Embormal: revista eletrônica da ANPUH-CE*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-23, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Trílice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 3, n. 28, 2003.

NAHUM, Benjamin et al. *El fin del Uruguay liberal: 1959-1973*. Montevidéo: Ediciones Banda Oriental, 1990.

NASSER, Reginaldo Mattar (org.). *A crise da política externa: Autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 38, n. 1, 2 jul. 2012. Disponível em: <bit.ly/2JXkUR5>.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional / Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Operación 30 Horas: el Uruguay y las fronteras ideológicas de la dictadura brasileña. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. *Anais eletrônicos*. Universidade de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro (a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati)*. São Paulo: Editora Global, 1981.

THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. NIXON: "BRAZIL HELPED RIG THE URUGUAYAN ELECTIONS," 1971 | *National Security Archive Electronic Briefing Book No. 71*. 2002. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/>>. Acesso em: 10/11/2020.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. DORATIOTO, Francisco. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

VILLAÇA, Mariana. O semanário *Marcha*, Carlos Quijano e a configuração de um circuito cultural de resistência no Uruguai (anos 1960-70). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 2, n. 3, p. 257-272, 25 mar. 2019.

WRIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora UnB, 2002.

YAFFÉ, Jaime. Izquierda y democracia en Uruguay, 1959-1973: Un estudio sobre lealtad democrática en tiempos de Guerra Fría latinoamericana. *Tese de doutorado*. Montevideu, Universidad de la República, 2016. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/19637/1/TD_YaffeJaime.pdf>. Acesso em: 10/3/2022.